

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DAS PALMEIRAS  
Estado do Parana

L E I No. 17/91

SUMULA: Institui o Codico Tributario do Municipio de Sao Jose das Palmeiras e da outras providencias.

A Camara Municipal de Vereadores de Sao Jose da Palmeiras, Estado do Parana, por seus representantes locais, aprovou e EU Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte L e i:

Art. 1o. - Esta Lei Institui o Codico Tributario do Municipio de Sao Jose das Palmeiras, obedecidos os mandamentos oriundos da Constituicao Federal, do Codico Tributario Nacional, demais Leis Complementares, das Resolucoes do Senado Federal e da Legislacao Estadual, nos limites de sua respectiva competencia.

Livro Primeiro

PARTE ESPECIAL DE TRIBUTOS

Art. 2o. - Ficam instituidos os seguintes tributos:

I - IMPOSTOS:

- a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- b) Imposto sobre Transmissao "Inter-vivos" de Bens Imoveis;
- c) Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustiveis Liquidos e Gasosos, exceto oleo diesel;
- d) Imposto sobre Servicos de Qualquer Natureza.

II - TAXAS:

- a) Taxa de Servicos Publicos;
- b) Taxa de Licenca.

III - CONTRIBUICAO DE MELHORIA

TITULO I

DOS IMPOSTOS

CAPITULO I

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL

SECAO I

HIPOTESE DE INCIDENCIA



Art. 3o. - A hipotese de incidencia do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e a propriedade, o dominio util ou a posse de bem imovel, por natureza ou acessao fisica, localizada na zona urbana do Municipio.

PARAGRAFO UNICO - O fato gerador do imposto ocorre anualmente na dia primeiro de janeiro.

Art. 4o. - Para os efeitos deste imposto, considera-se zona urbana a definida e delimitada em Lei Municipal onde existiam pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construidos ou mantidos pelo Poder Publico:

- I - meio-fio ou calçamento, com canalizacao de aguas pluviais;
- II - abastecimento de agua;
- III - sistema de esgotos sanitarios;
- IV - rede de iluminacao publica, com ou sem posteamento para a distribuicao domiciliar;
- V - escola primaria ou posto de saude a uma distancia maxima de 03 (tres) kilometros do imovel considerado.

Parag. 1o. - Consideram-se tambem zona urbana as areas urbanizaveis ou de expansao urbana, definidas e delimitadas em lei municipal, constantes de loteamentos aprovados pelos orgaos competentes e destinados a habitacao, industria e comercio, localizados fora da zona acima referida.

Parag. 2o. - O Imposto Predial e Territorial Urbano incide sobre o imovel que, localizado fora da zona urbana, seja comprovadamente utilizado como sitio de recreio e no qual a eventual producao nao se destina ao comercio.

Parag. 3o. - O Imposto Predial e Territorial Urbano nao incide sobre o imovel que, localizado dentro da zona urbana, seja comprovadamente utilizado em exploracao extrativo-vegetal, agricola, pecuaria ou agro-industrial, independentemente de sua area.

Art. 5o. - O bem imovel, para os efeitos deste imposto, sera classificado como terreno ou predio.

Parag. 1o. - Considera-se terreno o bem imovel:

- a) sem edificacao;
- b) em que houver construcao paralisada ou em andamento;
- c) em que houver edificacao interdita, condenada, em ruina ou em demolicao;
- d) cuja construcao seja de natureza temporaria ou provisoria, ou possa ser removida sem destruicao, alteracao ou modificacao.

Parag. 2o. - Considera-se predio o bem imovel no qual exista edificacao utilizavel para habitacao ou para o exercicio de qualquer atividade, seja qual for a sua denominacao, forma ou destino, desde que nao compreendida nas situacoes do paragrafo anterior.



Art. 6o. - A incidencia do imposto independe:

- I - da legitimidade dos titulos de aquisicao da propriedade, do dominio util ou da posse do bem imovel;
- II - do resultado financeiro, da exploracao economica do bem imovel;
- III - do cumprimento de quaisquer exigencias legais, regulamentares ou administrativas relativas ao bem imovel.

## SECAO II

### SUJEITO PASSIVO

Art. 7o. - Contribuinte do imposto e o proprietario, o titular do dominio util ou o possuidor a qualquer titulo do bem imovel.

Parag. 1o. - Conhecidos o proprietario ou o titular do dominio util e o possuidor, para efeito de determinacao do sujeito passivo, dar-se-a preferencia aqueles e nao a este, dentre aqueles tomar-se-a o titular do dominio util.

Parag. 2o. - Na impossibilidade de eleicao do proprietario ou titular do dominio util devido ao fato de o mesmo ser imune ao imposto, dele estar isento, ser desconhecido ou nao localizado, sera considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imovel.

Parag. 3o. - O promitente comprador inscrito na posse os titulares de direito real sobre o imovel e o fideicomissario serao considerados sujeitos passivos da obrigacao tributaria.

Art. 8o. - Quando o adquirente de posse, dominio util ou proprietario de bem imovel ja lancado for pessoa imune ou isenta, vencerao antecipadamente as prestacoes vincendas relativas ao imposto, respondendo por elas o alienante, ressalvado o disposto no inciso V, do artigo 17.

## SECAO III

### BASE DE CALCULO E ALIQUOTA

Art. 9o. - A base de calculo do imposto e o valor do bem imovel.

Art. 10 - O valor do bem imovel sera conhecido:

- I - tratando-se de predio, pela multiplicacao do valor de metro quadrado de cada tipo de edificacao, aplicados os fatores corretivos dos componentes da construcao, pela metragem da mesma, somando-se o resultado ao valor do terreno, observada a tabela de valores a ser elaborada por Comissao especial;



II - tratando-se de terreno, levando-se em consideração suas dimensões, aplicados os fatores corretivos, observada a tabela de valores a ser elaborada por Comissão Especial.

PARAGRAFO UNICO - Quando em um mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal do terreno.

Art. 11 - Será atualizada anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal dos imóveis, levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas recebidas pela área onde se localizam, bem como os preços de mercado.

PARAGRAFO UNICO - Quando não forem objeto da atualização prevista neste artigo, os valores venais dos imóveis serão atualizados, pelo Poder Executivo, com base na variação da TR.

Art. 12 - No cálculo do imposto, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel será de:

- I - 1% (um por cento) quando predial;
- II - 3% (três por cento) quando territorial.

#### SEÇÃO IV

##### LANÇAMENTO

Art. 13 - O lançamento do imposto, a ser feito pela autoridade administrativa, será anual e distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária, independente, ainda que contíguo, levando em conta sua situação à época da ocorrência do fato gerador, e reger-se-á pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

PARAGRAFO UNICO - Na hipótese de condomínio, o lançamento será procedido:

- a) quando "pro-indiviso", em nome de qualquer um dos co-proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores;
- b) quando "pro-diviso", em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

Art. 14 - Na impossibilidade de obtenção dos dados exatos sobre o bem imóvel ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo do imposto, o valor venal do imóvel será arbitrado e o tributo lançado com base nos elementos de que dispuser a administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no artigo 18 deste código.

Art. 15 - O lançamento do imposto não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.



## SECAO V

### ARRECADACAO

Art. 16 - O imposto sera arrecadado em 04 (quatro) parcelas, iguais e venciveis em 30 (trinta) de marco, 30 (trinta) de abril, 30 (trinta) de maio e 30 (trinta) de junho do exercicio tributado.

Parag. 1o. - O contribuinte que optar pelo pagamento em cota unica, dentro do primeiro vencimento, gozara de um desconto no valor de 20% (vinte por cento).

Parag. 2o. - O pagamento das parcelas vincendas se podera ser efetuado apos o pagamento das parcelas vencidas.

## SECAO VI

### ISENCOES

Art. 17 - Fica isento do imposto o bem imovel:

- I - pertencente a particular, quanto a fracao cedida gratuitamente para uso da Uniao, dos Estados, do Distrito Federal, do Municipio ou de suas Autarquias;
- II - pertencentes a academia desportiva licenciada, quando utilizada efetiva e habitualmente no exercicio de suas atividades sociais;
- III - pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituicao sem fins lucrativos, que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadores, com a finalidade de realizar sua uniao, representacao, defesa, elevacao de seu nivel cultural, fisico ou recreativo;
- IV - pertencente a sociedade civil sem fins lucrativos e destinado ao exercicio de atividades culturais, recreativas ou esportivas;
- V - declarado de utilidade publica para fins de desapropriacao, a partir da parcela correspondente ao periodo de arrecadacao do imposto em que ocorrer a emissao de posse ou a ocupacao efetiva pelo poder desapropriante.

## SECAO VII

### INFRACOES E PENALIDADES

Art. 18 - Serao punidas com multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto calculado com base nos dados corretos do imovel as seguintes infracoes:

- I - o nao comparecimento do contribuinte a Prefeitura para solicitar a inscricao do imovel no cadastro fiscal imobiliario ou a anotacao de suas alteracoes no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do surgimento da nova unidade ou das alteracoes da ja existente;



- II - erro ou omissao dolosa, bem como falsidade nas informacoes fornecidas para inscricao dos dados cadastrais do imovel.

## CAPITULO II

### DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSAO INTER-VIVOS DE BENS IMOVEIS

#### SECAO I

#### HIPOTESE DE INCIDENCIA

Art. 19 - A hipotese de incidencia do Imposto Sobre Transmissao de "Inter-Vivos" de Bens Imoveis incide sobre:

- I - a transmissao, a qualquer titulo, por ato oneroso, da propriedade ou do dominio util de bens imoveis por natureza ou por acessao fisica, como definidos na Lei Civil;
- II - a transmissao, a qualquer titulo, por ato oneroso, de direitos reais sobre imoveis, exceto os direitos reais de garantia e servicoes;
- III - a cessao de direitos relativos a aquisicao dos bens referidos nos incisos anteriores;
- IV - a compra e venda;
- V - a doacao em pagamento;
- VI - a permuta, inclusive nos casos em que a co-propriedade se tenha estabelecido pelo mesmo titulo aquisitivo ou em bens contiguos;
- VII - a aquisicao por usucapiao;
- VIII - os mandatos em causa propria ou com poderes equivalentes para a transmissao de imoveis e respectivos substabelecimentos;
- IX - a arrematacao, a adjudicacao e a remissao;
- X - a cessao de direito do arrematante ou adjudicatario, depois de assinado o ato de arrematacao ou adjudicacao;
- XI - o valor dos bens imoveis que, na divisao de patrimonio comum, ou na partilha em processo de separacao judicial ou divorcio forem atribuidos a um dos conjuuges separados, ou a qualquer herdeiro, acima da respectiva meacao ou quinhao;
- XII - a cessao de direitos a sucessao aberta de imoveis situados neste Municipio;
- XIII - a cessao compromissado a venda ou alheio, exceto a indenizacao de benfeitorias pelo proprietario do solo;
- XIV - todos os demais atos translativos de imoveis "Inter-Vivos" por natureza fisica e constitutivos de direitos reais sobre imoveis.

#### SECAO II

#### SUJEITO PASSIVO



Art. 20 - São contribuintes do imposto:

- I - o cessionário ou adquirente dos bens ou direitos cedidos ou transferidos;
- II - na permuta, cada um dos permutantes.

### SEÇÃO III

#### BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 21 - A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transferidos na data da transmissão.

Art. 22 - A apuração do valor venal dos bens ou direitos, para efeito de lançamento e cobrança do imposto, será feita pelo Poder Executivo, de acordo com os seguintes critérios:

- I - quando imóveis urbanos, o valor venal atribuído para cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, tomando-se por base o valor lançado no mês de janeiro e corrigido pela variação da TND no dia do lançamento e cobrança do imposto;
- II - quando imóvel rural, valor de mercado do bem ou direito, na data da transmissão, a ser apurado por uma Comissão permanente de avaliação, a ser constituída pelo Poder Executivo.

PARÁGRAFO ÚNICO - A atribuição do valor do imóvel para efeitos fiscais, far-se-á no ato da apresentação do requerimento.

Art. 23 - Nas arrematações o valor será o correspondente ao preço do maior lance e nas adjudicações e remissões o correspondente ao maior lance ou a avaliação nos termos do disposto na legislação processual, conforme o caso.

Art. 24 - Nas cessões de direitos decorrentes de compromissos de compra e venda, poderá ser deduzida do valor tributável a parte do preço ainda não paga.

Art. 25 - Não serão deduzidas do valor base de cálculo do imposto quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido nem as dívidas de espólio.

Art. 26 - As alíquotas do imposto são as seguintes:

- I - transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação a que se refere a Lei Federal No. 4.380, de 21 de agosto de 1964, e Legislação complementar:
  - a) sobre o valor efetivamente financiado.....0,5%
  - b) sobre o valor restante.....1,0%
- II - demais transmissões a título oneroso.....2,0%
- III - quaisquer outras transmissões ou cessão de direitos.....1,0%



PARAGRAFO UNICO - Nas transmissões "Inter-Vivos" entre ascendentes e descendentes, inclusive filhos adotivos ou entre cônjuges o imposto será reduzido em 50% (cinquenta por cento).

#### SECAO IV

##### LANCAMENTO E ARRECADACAO

Art. 27 - Excetuadas as hipóteses expressamente previstas nos artigos seguintes, o imposto será lançado e arrecadado antes de efetivar-se o ato ou o contrato, se por instrumento público, e no prazo de 30 (trinta) dias, se por instrumento particular.

Art. 28 - Na arrematação, adjudicação ou remissão, o imposto será pago dentro de 60 (sessenta) dias desses atos, antes da assinatura da respectiva carta.

PARAGRAFO UNICO - No caso de oferecimento de embargos, o prazo se contará da sentença transitada em julgado.

Art. 29 - Nas transmissões por tempo determinado em virtude de sentença judicial, ou fora do Estado, o imposto será pago dentro de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do termo, do trânsito em julgado, da sentença ou da celebração do ato ou contrato, conforme o caso.

#### SECAO V

##### DAS ISENCOES

Art. 30 - Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre a transmissão de bens ou direitos quando:

- I - efetuada para sua incorporação ao patrimônio de uma pessoa jurídica em realização de capital nela subscrito;
- II - decorrente de incorporação, fusão, cisão ou extinção de pessoa jurídica;
- III - ocorrer substabelecimento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes que se fizer, para o efeito de receber o mandatário a escritura definitiva do imóvel;
- IV - decorrer de retrocessão, quando voltem os bens ao domínio do alienante por falta de destinação do imóvel desapropriado, não se restituindo o imposto pago.

Art. 31 - O disposto no artigo anterior, incisos I e II não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de bens imóveis ou direitos reais sobre eles.

Parag. 1o. - Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 02 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer das transações mencionadas neste artigo.



Parag. 2o. - Se a pessoa juridica adquirente iniciar sua atividade apos a aquisicao ou menos de 02 (dois) anos antes dela, apurar-se-a a preponderancia referida no paragrafo antecedente, levando em conta os 02 (dois) primeiros anos seguintes a data de aquisicao.

Parag. 3o. - Verificada a preponderancia referida neste artigo, tornar-se-a devido o imposto nos termos da lei vigente a data da aquisicao, sobre o valor do bem ou direito devidamente atualizado na forma da lei.

Parag. 4o. - A disposicao deste artigo nao e aplicavel a transmissao de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimonio da pessoa juridica alienante.

Art. 32 - E ainda vedado instituir imposto sobre:

- I - as transmissoes de imoveis para a Uniao, Estados, Distrito Federal, Municipios e respectivas Autarquias e Fundacoes instituidas e mantidas pelo Poder Publico, quando destinados aos seus servicos proprios e inerentes aos seus objetivos;
- II - as transacoes de imoveis para Partidos Politicos, inclusive suas Fundacoes, entidades sindicais dos trabalhadores, instituicoes de educacao e de assistencia social, sem fins lucrativos;
- III - as transmissoes de bens imoveis para templos de qualquer culto, desde que relacionados com suas finalidades essenciais.

Parag. 1o. - O disposto no inciso II e subordinado a observancia dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

- a) nao distribuirem qualquer parcela de seu patrimonio ou de suas rendas, a titulo de lucro ou participacao no seu resultado;
- b) aplicarem integralmente, no Pais, os seus recursos na manutencao dos seus objetivos institucionais;
- c) manter escrituracao de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidao.

Parag. 2o. - A vedacao do inciso I, nao se aplica ao patrimonio relacionado com a exploracao de atividades economicas regidas pelas normas aplicaveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestacao ou pagamento de precos ou tarifas pelo usuario, nem exonera o promitente comprador da obrigacao de pagar o imposto relativo ao bem imovel.

## SECAO VI

### DAS INFRACOES E PENALIDADES

Art. 33 - As importancias do imposto nao pagas nos prazos estabelecidos terao seus valores atualizados e acrescidos de acordo com o que estabelece o artigo 132 desta Lei.



PARAGRAFO UNICO - Quando se aduzir recolhimento de imposto feito com atraso, sem a multa moratoria, o contribuinte, no caso de contrato particular, e o Cartorio no caso de instrumento publico, pagara multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto atualizado.

## SECAO VII

### DAS RESTITUICOES

Art. 34 - O imposto sera restituído quando indevidamente recolhido, ou quando nao efetivar o ato ou contrato por força do qual foi pago.

## SECAO VIII

### DAS RECLAMACOES E RECURSOS

Art. 35 - O contribuinte que nao concordar com o valor previamente lançado, podera apresentar reclamacao contra a estimativa fiscal, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

PARAGRAFO UNICO - A reclamacao nao tera efeito suspensivo e devera ser instruida com a prova do pagamento do imposto.

Art. 36 - Da decisao proferida na reclamacao apresentada, cabera recurso no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 37 - Reduzida a estimativa fiscal, proceder-se-a a restituicao da diferenca do imposto pago em excesso.

Art. 38 - As reclamacoes e recursos serao julgados pelo orgao competente da Divisao de Fazenda, observadas as normas pertinentes a materia.

## SECAO IX

### DAS OBRIGACOES DOS SERVENTUARIOS DA JUSTICA

Art. 39 - Nao serao lavrados, registrados, inscritos ou averbados, pelos tabeliaes, escriptaes e oficiais do registro de imoveis, os atos e termos de seu cargo, sem a prova de pagamento do imposto, sob pena de pagamento de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido, respondendo solidariamente pelo imposto nao arrecadado, e devidamente atualizado.

Art. 40 - Os serventuarios da justica serao obrigados a facultar aos encarregados da fiscalizacao deste Municipio, em cartorio, o exame dos livros, autos e papeis, que interessem a arrecadacao do imposto, sob pena de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto atualizado.

Art. 41 - Os tabeliaes e escriptaes dos cartorios de imoveis remeterao, mensalmente, a reparticao fiscal do Municipio, relacao completa em forma de mapa, de todas as averbacoes, anotacoes, registros e



transações envolvendo bens imóveis ou direitos a eles relativos, efetuados no cartório, sob pena de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido, atualizado.

## SEÇÃO X

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - As precatórias de outros Municípios que se refiram a divórcio, para avaliação do imóvel aqui situado, não serão devolvidas sem o pagamento do imposto.

## CAPÍTULO III

### DO IMPOSTO SOBRE VENDAS A VAREJO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS

#### SEÇÃO I

##### HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 43 - A hipótese de incidência do Imposto Municipal Sobre Vendas de Combustíveis Líquidos e Gasosos a Varejo - IVV, incide sobre a venda a varejo efetuada por estabelecimentos que promovam a sua comercialização.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se a varejo, as vendas de qualquer quantidade, efetuada ao consumidor final.

#### SEÇÃO II

##### SUJEITO PASSIVO

Art. 44 - São contribuintes do imposto:

- I - o estabelecimento comercial ou industrial, constituído ou não, onde exerce suas atividades, em caráter permanente ou temporário, de comercialização a varejo dos combustíveis sujeitos ao imposto;
- II - as sociedades civis de fins não econômicos, inclusive as cooperativas, órgão da administração direta, autarquia ou empresa pública federal, estadual ou municipal, que venda a varejo produtos sujeitos ao imposto;
- III - são sujeitos passivos por substituição o produtor, o distribuidor e o atacadista, de produtos de combustíveis, referente ao imposto devido pela venda a varejo promovido por contribuintes, por micro-empresas ou por contribuintes isentos;
- IV - são solidariamente responsáveis pelo pagamento do IVV:
  - a) o transportador do produto sujeito ao imposto, comercializado a varejo, durante o transporte;



- b) o armazem ou deposito que mantenha sob sua guarda produtos destinados a venda direta a consumidor final.

### SECAO III

#### BASE DE CALCULO E ALIQUOTA

Art. 45 - A base de calculo do imposto e o valor da venda do combustivel liquido ou gasoso no varejo e ao consumidor final.

Art. 46 - A autoridade fiscal podera arbitrar a base de calculo, sempre que:

- I - nao forem exibidos ao fisco os elementos necessarios a comprovacao do valor das vendas, inclusive nos casos de perda, extravio ou atraso na escrituracao, de livros ou documentos fiscais;
- II - houver fundada suspeita de que os documentos fiscais nao refletem o valor real das operacoes de venda;
- III - estiver ocorrendo venda ambulante a varejo, de produtos desacompanhados de documentos fiscais.

Art. 47 - As aliquotas do imposto sao:

I - gasolina.....	3%
II - alcool hidratado.....	3%
III - querosene iluminante.....	3%
IV - oleo combustivel.....	3%
V - gas liquefeito de petroleo.....	3%
VI - gas natural encanado.....	isento
VII - gasolina de aviacao.....	isento
VIII - querosene de aviacao.....	3%

### SECAO IV

#### LANCAMENTO E ARRECADACAO

Art. 48 - O valor do imposto a ser pago sera apurado mensalmente, e recolhido atraves de DAM (Documento de Arrecadacao Municipal), fornecido pelo Orgao Fazendario do Municipio, preenchida pelo contribuinte, sendo seu recolhimento efetuado ate o ultimo dia util do mes subsequente.

PARAGRAFO UNICO - O regulamento disciplinara os casos de recolhimentos por contribuintes ou responsaveis nao inscritos, bem como os casos de sujeitos passivos de substituicao.

Art. 49 - O Executivo Municipal, podera celebrar convenio com o Estado, Municipios e DNC, objetivando normas e procedimentos de cobranca e fiscalizacao do tributo.

PARAGRAFO UNICO - O convenio podera disciplinar a substituicao tributaria em caso de substituto sediado em outro Municipio.



## SECAO V

### DAS ISENCOES

Art. 50 - Sao isentos do pagamento do imposto:

- I - a venda a varejo de oleo diesel;
- II - os contribuintes atacadistas que efetuem vendas a comerciantes.

## SECAO VI

### DAS INFRACOES E PENALIDADES

Art. 51 - As importancias do imposto, devido e nao pagas no prazo estabelecido, terao seus valores atualizados e acrescimos de acordo com o que estabelece o artigo 132 deste codigo.

## SECAO VII

### DAS RESTITUICOES

Art. 52 - O imposto podera ser restituído quando for verificado o seu recolhimento indevidamente.

## CAPITULO IV

### DO IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS

#### SECAO I

#### HIPOTESE DE INCIDENCIA

Art. 53 - A hipotese de incidencia do Imposto Sobre Servicos de Qualquer Natureza - ISS, e a prestacao de servicos relacionados e constantes do Anexo I, parte integrante desta Lei, por empresa, profissional autonomo ou profissional liberal.

PARAGRAFO UNICO - A hipotese de incidencia do imposto se configura independentemente:

- a) da existencia de estabelecimento fixo;
- b) do resultado financeiro do exercicio da atividade;
- c) do cumprimento de qualquer exigencia legal ou regulamentar, sem prejuizo das penalidades cabiveis;
- d) do pagamento ou nao do preco do servico no mesmo mes ou exercicio.

Art. 54 - Para os efeitos de incidencia do imposto, considera-se local da prestacao do servico:

- I - o do estabelecimento prestador;
- II - na falta do estabelecimento, o do domicilio do prestador;
- III - o local da obra, no caso de construcao civil.



Art. 55 - Sujeitam-se ao imposto os serviços constantes do Anexo I, parte integrante desta Lei.

PARAGRAFO UNICO - Tambem estao sujeitos ao imposto os servicos nao expressos na lista, mas que, por sua natureza e caracteristicas, assemelham-se a qualquer um dos que compoe cada item, e desde que nao constituam hipotese de incidencia de tributo estadual ou federal.

## SECAO II

### SUJEITO PASSIVO

Art. 56 - Contribuinte do imposto e o prestador do servico.

PARAGRAFO UNICO - Nao sao contribuintes os que prestam servicos em relacao de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades.

Art. 57 - Sera responsavel pela retencao e recolhimento todo aquele que, mesmo incluído nos regimes de imunidade ou isencao, se utilizar de servicos de terceiros, quando:

- I - o prestador do servico for empresa e nao emitir nota fiscal ou outro documento permitido contendo, no minimo, seu endereco e numero de inscricao no cadastro geral de contribuintes;
- II - o servico for prestado em carater pessoal e o prestador, profissional autonomo ou sociedade de profissionais, nao apresentar comprovante de inscricao no cadastro de atividades economicas;
- III - o prestador do servico alegar e nao provar imunidade ou isencao.

PARAGRAFO UNICO - A fonte pagadora dara ao prestador do servico o comprovante de retencao a que se refere este artigo, o qual lhe servira de comprovante de pagamento do imposto.

Art. 58 - Para os efeitos deste imposto, considera-se:

- I - Empresa - toda e qualquer pessoa juridica que exercer atividade economica de prestacao de servicos;
- II - Profissional Autonomo - toda e qualquer pessoa fisica que, habitualmente e sem subordinacao juridica ou dependencia hierarquica, exercer atividade economica de prestacao de servicos;
- III - Sociedade de Profissionais - toda sociedade civil de trabalho profissional de carater especializado, organizada para a prestacao de qualquer dos servicos relacionados nos itens 1, 4, 8, 25, 52, 89, 90, 91, 92 e 93 da lista de servicos, e que tenha seu contrato ou ato



constitutivo registrado no respectivo orgao de classe;

IV - Trabalhador avulso - todo aquele que exercer atividade de caracter eventual, casual, incerto, sem continuidade sob dependencia hierarquica mas sem vinculo empregaticio;

V - Trabalho Pessoal - todo aquele trabalho, material intelectual, executado pelo proprio prestador do servico pessoa fisico, nao o desqualifica, nem descaracteriza contratacao de empregados para a execucao de atividades accessorias ou auxiliares nao componentes da essencia do servico;

VI - Estabelecimento Prestador - e o local onde se planejam, organizados, contratados, administrados, fiscalizados ou executados os servicos, total ou parcialmente, de modo permanente ou temporario, sendo irrelevante para sua caracterizacao a denominacao sede, filial, agencia, sucursal, escritorio, loja, oficina, matriz ou quaisquer outras denominacoes que venham a ser utilizada.

### SECAO III

#### BASE DE CALCULO E ALIQUOTA

Art. 59 - A base de calculo do imposto e o preco do servico, sobre o qual sera aplicado as aliquotas constantes do Anexo I, respeitado o limite minimo fixado para cada atividade.

Parag. 1o. - Quando o servico for prestado em caracter pessoal (autonomo), a aliquota sera aplicada sobre a base de calculo de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parag. 2o. - Quando os servicos a que se referem os itens 1, 4, 8, 25, 52, 89, 90, 91, 92 e 93 da lista de servicos forem prestados por sociedades, estas ficarao sujeitas ao imposto mediante a applicacao da aliquota sobre a base de calculo do Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), para cada profissional habilitado, seja socio, empregado ou nao, que preste servicos em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal.

Art. 60 - Para os efeitos de retencao na fonte, o imposto sera calculado applicando-se a aliquota sobre o preco do servico.

Art. 61 - Na hipotese de servicos prestados por empresas, enquadraveis em mais de um dos itens da lista de servicos, o imposto sera calculado applicando-se a aliquota propria sobre o preco do servico de cada atividade.

PARAGRAFO UNICO - O contribuinte devera apresentar escrituracao idonea que permita diferenciar as receitas especificas das outras atividades, sob pena de o imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a applicacao de aliquota mais elevada sobre a receita auferida.



Art. 62 - Na hipotese de servicos prestados sob a forma de trabalho pessoal do proprio contribuinte, enquadravel em mais de um dos itens da lista de servicos, o imposto sera calculado em relacao a atividade gravada com a aliquota mais elevada.

Art. 63 - Preço do servico e a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer deducoes, ainda que a titulo de subempreitada de servicos nao tributados, fretes, despesas, tributos e outros.

Parag. 1o. - Na prestacao de servicos a que se referem os itens 32 e 34 da lista, o imposto sera calculado sobre o preço, deduzidos das parcelas correspondentes:

- a) ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos servicos;
- b) ao valor das subempreitadas ja tributadas pelo imposto.

Parag. 2o. - Constituem parte integrante do preço:

- a) os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza;
- b) os onus relativos a concessao de creditos, ainda que cobrados em separado, na hipotese de prestacao de servicos a credito, sob qualquer modalidade.

Parag. 3o. - Serao diminuidos do preço do servico os valores relativos a descontos ou abatimentos nao sujeitos a condicao, desde que previa e expressamente contratados.

Art. 64 - A apuracao do preço sera efetuada com base nos elementos em poder do sujeito passivo.

Art. 65 - Proceder-se-a o arbitramento para a apuracao do preço sempre que, fundamentadamente:

- I - o contribuinte nao possuir livros fiscais de atualizacao obrigatoria, ou estes nao se encontrarem com sua escrituracao atualizada.
- II - o contribuinte depois de intimado, deixar de exhibir os livros fiscais de atualizacao obrigatoria;
- III - ocorrer fraude ou sonegacao de dados julgados indispensaveis ao lancamento;
- IV - serem omissos ou nao merecam fe as declaracoes, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;
- V - o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado, ou desconhecido pela autoridade administrativa.



Art. 66 - Nas hipoteses do artigo anterior, o arbitramento sera procedido por uma comissao municipal, designada especialmente para cada caso pelo titular da Fazenda Municipal, levando-se em conta, entre outros, os seguintes elementos:

- I - os recolhimentos feitos em periodos identicos pelo contribuinte, ou por outros contribuintes que exercam a mesma atividade e em condicoes semelhantes;
- II - os precos correntes dos servicos no mercado, em vigor na epoca da apuracao;
- III - as condicoes proprias do contribuinte, bem como os elementos que possam evidenciar sua situacao economica-financeira, tais como:
  - a) valor das materias-primas, combustiveis e outros materiais consumidos ou aplicados no periodo;
  - b) folha de salarios pagos, honorarios de diretores, retiradas de socios ou gerentes;
  - c) aluguel do imovel e das maquinas e equipamentos utilizados, ou quando proprios, o valor dos mesmos;
  - d) despesas com fornecimento de agua, luz, forca, telefone e demais encargos obrigatorios do contribuinte.

Art. 67 - As aliquotas do imposto sao as fixadas na tabela do Anexo I, deste codico.

#### SECAO IV

#### LANCAMENTO

Art. 68 - O imposto sera lançado:

- I - uma unica vez no exercicio a que corresponder o tributo, quando o servico for prestado sob a forma de trabalho pessoal do proprio contribuinte ou pelas sociedades de profissionais, por ocasio da expedicao do Alvara de Licenca para Funcionamento, quando inicial, e nos demais exercicios, quando do lancamento da Taxa de Verificacao de Funcionamento;
- II - mensalmente, em relacao ao servico efetivamente prestado no periodo, quando o prestador do servico for empresa ou a ela equiparado.

Art. 69 - Os contribuintes sujeitos ao pagamento mensal do imposto, ficam obrigados a:

- I - manter escrita fiscal destinada ao registro dos servicos prestados, ainda que nao tributaveis;
- II - emitir notas fiscais de servicos, ou outros documentos admitidos pela administracao, por ocasio da prestacao



dos serviços.

Parag. 1o. - O Poder Executivo definirá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte e mantidos em cada um dos estabelecimentos, ou na falta destes, em seu domicílio.

Parag. 2o. - Os livros e documentos fiscais serão previamente formalizados e autenticados pela autoridade fazendária, para o competente registro.

Parag. 3o. - Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

Parag. 4o. - Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar, ou a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementação ou substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

Parag. 5o. - Durante o prazo de 05 (cinco) anos dado à Fazenda Pública para constituir o crédito tributário, o lançamento ficará sujeito a revisão, devendo o contribuinte manter à disposição do fisco os livros e documentos de exibição obrigatória.

Art. 70 - Fica o Poder Executivo autorizado a criar ou aceitar documentação simplificada, no caso de contribuinte de rudimentar organização.

Art. 71 - A autoridade administrativa poderá, por ato normativo próprio, fixar o valor do imposto por estimativa:

- I - quando se tratar de atividade exercida em caráter temporário;
- II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
- III - quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação vigente;
- IV - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades, a critério exclusivo da autoridade competente, aconselhar tratamento fiscal específico;
- V - quando o contribuinte reiteradamente violar o disposto na legislação tributária.

Art. 72 - O valor do imposto lançado por



estimativa, levará em consideração:

- I - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;
- II - o preço corrente dos serviços;
- III - o local onde se estabelece o contribuinte.

Art. 73 - A administração poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta, ou que o volume ou modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 74 - Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão, a critério da autoridade administrativa, ficar dispensados do uso de livros fiscais e da emissão de notas ou documentos fiscais.

Art. 75 - O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecerem as condições que originaram o enquadramento.

Art. 76 - Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação do ato normativo, apresentar reclamação contra o valor estimado.

Art. 77 - O lançamento do imposto, não implica em reconhecimento ou regularidade do exercício, de atividades ou da legalidade das condições, do local, instalações, equipamentos ou obras.

Art. 78 - Decorrido o prazo de 05 (cinco) anos contados a partir da ocorrência do fato gerador sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

## SEÇÃO V

### ARRECADACÃO

Art. 79 - O imposto será pago:

- I - em parcela única, no exercício a que corresponder o tributo, quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou pelas sociedades de profissionais, conjuntamente com a Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, quando inicial, e nos exercícios subsequentes quando do pagamento da Taxa de Verificação de Funcionamento;
- II - mensalmente, em relação ao serviço efetivamente prestado no período, quando o prestador for empresa ou a ela equiparado, tendo como limite até o último dia útil do



mes subsequente ao da prestacao dos servicos.

PARAGRAFO UNICO - Tratando-se de lancamento de oficio, ha que se respeitar o intervalo minimo de 20 (vinte) dias, entre o recebimento da notificacao e o prazo fixado para pagamento.

Art. 80 - No recolhimento do imposto por estimativa, serao observadas as seguintes regras:

- I - serao estimados os valores dos servicos tributaveis e do imposto, total a recolher no exercicio ou periodo, e parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestacoes mensais, se assim desejar o contribuinte;
- II - findo o exercicio ou o periodo de estimativa ou deixando o regime de ser aplicado, serao apurados os precos dos servicos e o montante do imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferenca verificada ou tenha direito a restituicao de eventual imposto pago a maior;
- III - qualquer diferenca verificada entre o montante do imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido sera:
  - a) recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do exercicio ou periodo considerado, independentemente de qualquer iniciativa do Poder Publico, quando a este for devido
  - b) restituída ou compensada, mediante requerimento do contribuinte.

Art. 81 - Sempre que o volume ou modalidade dos servicos o aconselhar, e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigacoes tributarias, a administracao podera, a requerimento do interessado e sem prejuizo para o Municipio, autorizar a doacao de regime especial para pagamento de imposto.

Art. 82 - Prestado o servico, o imposto sera recolhido na forma do estabelecimento no inciso II do artigo 79, independentemente do pagamento do preco ser efetuado a vista ou em prestacoes.

## SECAO VI

### ISENCOES E IMUNIDADES

Art. 83 - Respeitadas as imunidades concedidas pela Constituicao Federal, ficam isentos do imposto os servicos:

- a) prestados por engraxates ambulantes e lavadeiras;
- b) prestados por associacoes culturais;
- c) de diversao publica com fins beneficentes, ou considerados de interesse da comunidade, pelo orgao de educacao e cultura do Municipio ou orgao similar.



## SECAO VII

### INFRACOES E PENALIDADES

Art. 84 - As infraco'es as disposico'es deste capitulo, serao punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de importancia igual a 10% (dez por cento) da base de calculo referida no artigo 59, Parag. 1o. nos casos de:

- a) nao comparecimento a reparticao propria do Municipio para solicitar inscricao no cadastro de atividades economicas, quando inicial, ou anotacoes das alteracoes ocorridas quando atividades ja em exercicio;
- b) alteracao de inscricao, comunicacao de venda, transferencia do estabelecimento ou do ramo de atividade ou ainda encerramento das atividades previamente licenciadas, apos o prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da ocorrencia do evento.

II - multa de importancia igual a 5% (cinco por cento) da base de calculo referida no artigo 59, Parag. 1o. nos casos de:

- a) falta de livros fiscais;
- b) falta de escrituracao do imposto devido;
- c) dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;
- d) falta do numero de inscricao no cadastro de atividades economicas em documentos;

III - multa de importancia igual a 15% (quinze por cento) da base de calculo referido no artigo 59, Parag. 1o. nos casos de:

- a) falta de declaracao de dados;
- b) erro, omissao ou falsidade na declaracao de dados;
- c) falta de emissao de nota fiscal ou outro documento admitido pela administracao;
- d) falta ou recusa de exibicao de livros, notas ou documentos fiscais;
- e) retirada do estabelecimento ou do domicilio do prestador de servicos, de livros ou documentos fiscais, exceto nos casos previamente previsto em regulamentos;
- f) sonegacao de documentos para apuracao do preco dos servicos;
- g) embaraco ou impedimento a fiscalizacao.

IV - multa de importancia igual a 100% (cem por cento) sobre a diferenca entre o valor efetivamente devido do imposto em caso comprovado de fraude e sem prejuizo da aplicacao do disposto nos incisos I e II do artigo 132 deste



código.

- V - multa de importância igual a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto, no caso de não retenção do imposto devido.
- VI - multa de importância igual a 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto, no caso de falta de recolhimento do imposto retido na fonte sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II do artigo 132 deste código.

## TÍTULO II

### DAS TAXAS

#### CAPÍTULO I

##### DA TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

##### SEÇÃO I

##### HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 85 - A hipótese de incidência da Taxa de Serviços Públicos é a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA e LIMPEZA PÚBLICA, prestados ao contribuinte ou colocado a sua disposição, com a regularidade necessária.

Parag. 1o. - Entende-se por COLETA DE LIXO, a remoção diária ou periódica de lixo gerado em imóvel edificado, esta sujeita a Taxa de Remoção Especial de Lixo, assim entendida, a retirada de entulhos, detritos industriais, galhos de árvores, etc. e ainda a remoção de lixo realizada em horário especial por solicitação do interessado.

Parag. 2o. - Entende-se por serviço de ILUMINAÇÃO PÚBLICA, o fornecimento de iluminação nas vias e logradouros públicos.

Parag. 3o. - Entende-se por serviço de LIMPEZA PÚBLICA, os realizados em vias e logradouros públicos, que consistam em: varrição, lavagem, irrigação, limpeza e desobstrução de bueiros, bocas-de-lobo, galerias de águas pluviais, córregos, capinação e desinfecção de locais insalubres.

##### SEÇÃO II

##### SUJEITO PASSIVO

Art. 86 - O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel situado em local onde o Município mantenha os serviços referidos no artigo anterior.

##### SEÇÃO III

##### BASE DE CÁLCULO



Art. 87 - A base de calculo da taxa e o custo dos servicos utilizados pelo contribuinte ou colocados a sua disposicao e dimensionados, para cada caso, assim especificado:

- a) TAXA DE COLETA DE LIXO, na forma do Anexo VIII;
- b) TAXA DE LIMPEZA PUBLICA, sera calculada a razao de 2% (dois por cento), da Unidade de Referencia - UR, definida nas disposicoes finais deste codigo, por metro linear de testada do imovel beneficiado pelo servico, bloqueado em 100% (cem por cento) da Unidade de Referencia - UR;
- c) TAXA DE ILUMINACAO PUBLICA, sera calculada de conformidade com o convenio firmado entre o Municipio e a empresa fornecedora de energia eletrica, quando se tratar de imovel ligado a rede de empresa concessionaria.

PARAGRAFO UNICO - Quando se tratar de imovel nao ligado a rede de distribuicao da concessionaria, a TAXA DE ILUMINACAO PUBLICA, tera valor fixo de 50% (cinquenta por cento) da Unidade de Referencia - UR, por imovel cadastrado.

#### SECAO IV

##### LANCAMENTO

Art. 88 - A taxa sera lancada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliario, juntamente com o IPTU, quando se tratar do imovel nao ligado a rede da concessionaria de energia.

#### SECAO V

##### ARRECADACAO

Art. 89 - A taxa sera paga de uma so vez, ou em parcelas, juntamente com o IPTU e quando se tratar de imoveis edificados ligados a rede de distribuicao da concessionaria, o pagamento sera mensal e juntamente com a fatura de consumo.

PARAGRAFO UNICO - O pagamento das parcelas vincendas so podera ser efetuado apos o pagamento das parcelas vencidas.

#### CAPITULO II

##### TAXA DE LICENCA

#### SECAO I

##### HIPOTESE DE INCIDENCIA

Art. 90 - A hipotese de incidencia da Taxa e o previo exame e fiscalizacao dentro do territorio do Municipio, das condicoes de localizacao, seguranga, higiene, saude, incolumidade, bem como de respeito



ordem, aos costumes, a tranquilidade publica, a propriedade, aos direitos individuais e coletivos e a legislacao urbanistica a que submete qualquer pessoa fisica ou juridica que pretenda: realizar obras, veicular propriedades em vias e logradouros publicos, em locais deles visiveis ou de acesso ao publico, localizar ou fazer funcionar estabelecimento comercial, industrial, prestador de servicos, agropecuario e outros, ocupar vias e logradouros publicos com moveis e utensilios, manter aberto estabelecimento fora dos horarios normais de funcionamento, exercer qualquer atividade, ou ainda manter em funcionamento o estabelecimento previamente licenciado.

Parag. 1o. - Estao sujeitos a previa licenca:

- a) a localizacao e/ou funcionamento de estabelecimentos;
- b) o funcionamento de estabelecimentos em horario especial;
- c) a veiculacao de publicidade em geral;
- d) a execucao de obras, arruamentos e loteamentos;
- e) o abate de animais;
- f) a ocupacao de areas em terrenos ou vias e logradouros publicos.

Parag. 2o. - A licenca nao podera ser concedida por periodo superior a um ano.

Parag. 3o. - Em relacao a localizacao e/ou funcionamento de estabelecimentos:

- a) havera incidencia da taxa independentemente da concessao da licenca;
- b) a licenca abrange, quando do primeiro licenciamento, a localizacao e/ou funcionamento e nos exercicios posteriores, a verificacao para funcionamento;
- c) havera incidencia de nova taxa no mesmo exercicio e sera concedida, se for o caso, a respectiva licenca sempre que ocorrer mudanca de ramo de atividade, modificacoes nas caracteristicas do estabelecimento ou transferencia de local ou proprietario.

Parag. 4o. - Em relacao a execucao de obras, arruamentos e loteamentos, nao havendo disposicao em contrario em legislacao especifica:

- a) a licenca sera cancelada se a sua execucao nao for iniciada dentro do prazo concedido no Alvara;
- b) a licenca podera ser prorrogada, a requerimento do contribuinte, se insuficiente para a execucao do projeto, o prazo concedido no Alvara.

Parag. 5o. - Em relacao ao abate de animais a Taxa so sera devida quando o abate for realizado fora do matadouro municipal e onde nao houver fiscalizacao sanitaria efetuada por orgao federal ou estadual.

Parag. 6o. - As licencas relativas as alineas "a" e "c" do paragrafo primeiro, serao validas para o exercicio em que forem



concedidas, as relativas as alíneas "b" e "f" pelo período solicitado, a relativa a alínea "d" pelo prazo do Alvara, e a relativa a alínea "e" para o número de animais que for solicitada.

Parag. 7o.- Em relação a veiculação de publicidades:

- a) a realizada em jornais, revistas, rádio e televisão estará sujeita a incidência da taxa, quando o órgão de divulgação localizar-se no Município;
- b) não se consideram publicidade as expressões de indicação.

Parag. 8o. - Será considerado abandono de pedido de licença, a falta de qualquer providência da parte interessada que importe em arquivamento do processo.

## SEÇÃO II

### SUJEITO PASSIVO

Art. 91 - Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que se enquadre em quaisquer das condições previstas no artigo anterior.

## SEÇÃO III

### BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 92 - A base de cálculo da taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu Poder de Polícia, dimensionado, para cada licença requerida ou concedida, conforme o caso, mediante a aplicação de alíquota sobre a Unidade de Referência - UR, quantificado nas disposições finais deste código, de acordo com as tabelas dos Anexos II e VIII e parte integrante a esta Lei.

Parag. 1o. - Relativamente a localização e/ou funcionamento de estabelecimentos, no caso de atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física de espaço ocupado pelas mesmas e explorados pelo mesmo contribuinte, a taxa será devida e calculada sobre a atividade que estiver sujeita a maior alíquota.

Parag. 2o. - Ficam sujeitos ao pagamento em dobro da taxa os anúncios referentes a bebidas alcoólicas e cigarros, bem como os redigidos em língua estrangeira.

## SEÇÃO IV

### LANCAMENTO

Art. 93 - A taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existente no cadastro de contribuintes.

Parag. 1o. - A taxa será lançada em relação a cada licença requerida e/ou concedida.



Parag. 2o. - O sujeito passivo e obrigado a comunicar a repartiçao propria do Municipio, dentro de 20 (vinte) dias, para fins de atualizacão cadastral, as seguintes ocorrencias, relativas a seu estabelecimento ou local de trabalho:

- a) alteracão da razao social ou do ramo de atividade;
- b) alteracão fiscais do estabelecimento;
- c) mudanca de endereço.

#### SECAO V

##### ARRECADACAO

Art. 94 - A arrecadacao da taxa, no que se refere a licença para localizacao e/ou funcionamento de estabelecimentos, far-se-a no ato de sua concessao na forma da tabela constante do Anexo II e tratando-se de taxa de verificacao para funcionamento ate o ultimo dia util do mes de janeiro do exercicio tributado.

Art. 95 - No que se refere as demais licenças, a taxa sera cobrada no ato de sua concessao.

Art. 96 - Em caso de prorrogacao da licença para execucao de obras, a taxa sera devida em 50% (cinquenta por cento) de seu valor original.

Art. 97 - Não sera admitido o parcelamento da taxa de licença.

#### SECAO VI

##### ISENCOES

Art. 98 - São isentos do pagamento de taxa de licença:

- I - os vendedores ambulantes de jornais e revistas;
- II - os engraxates ambulantes;
- III - os vendedores de artigos de artesanatos domesticos e arte popular, de sua fabricacao, sem auxilio de empregados;
- IV - as construcoes de passeios e muros;
- V - as construcoes provisórias destinadas a guarda de material, quando no local das obras;
- VI - as associacoes de classes, associacoes religiosas, clubes esportivos, escolas primarias sem fins lucrativos orfanatos e asilos;
- VII - os dizeres indicativos a:



- a) hospitais, casa de saúde e congêneres, colégios, sítios, chacaras e fazendas, firmas, engenheiros, arquitetos profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos locais destas;
- b) propaganda eleitoral, política, atividade sindical, culto religioso e atividades da administração pública.

VIII - os cegos, mutilados e os incapazes permanentes que exerçam atividades de comércio eventual ou ambulante, em terrenos, vias ou logradouros públicos.

## SEÇÃO VII

### INFRACOES E PENALIDADES

Art. 99 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

- I - multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa, no caso de não comunicação ao fisco, dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar da ocorrência do evento, da alteração da razão social, do ramo de atividade e das alterações físicas sofridas pelo estabelecimento;
- II - multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa, pelo exercício de qualquer atividade sujeita a taxa sem a respectiva licença;
- III - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;
- IV - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de ser cumpridas dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito a ordem, a segurança e aos bons costumes.

## TÍTULO III

### CAPÍTULO ÚNICO

### DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

#### SEÇÃO I

#### HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 100 - A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo de obras públicas e terá como limite total a despesa realizada.



Art. 101 - O Executivo Municipal, com base em criterios de oportunidade e conveniencia, e observadas as normas fixadas em legislacao especifica que regula a contribuicao de melhoria, determinara em cada caso, mediante Decreto, as obras que deverao ser custeadas, no todo ou em parte, pela contribuicao de melhoria.

PARAGRAFO UNICO - Para os efeitos da contribuicao de melhoria, entende-se por obra publica:

- a) abertura, construcao e alargamento de vias e logradouros publicos, inclusive estradas, pontes, viadutos, calçadas e meio-fio;
- b) nivelamento, retificacao, pavimentacao, impermeabilizacao de vias e logradouros publicos;
- c) servicos gerais de urbanizacao, arborizacao e ajardinamento, aterros, construcao e ampliacao de parques e campos de esportes e embelezamento em geral;
- d) instalacao de sistemas de esgotos pluviais ou sanitarios, de agua potavel, da rede de energia eletrica para distribuicao domiciliar ou iluminacao publica, de telefonia e de suprimento de gas;
- e) protecao contra secas, inundacao, ressacas, erosoes, drenagens, saneamento em geral, retificacao e regularizacao de cursos de agua, diques, cais e irrigacao;
- f) construcao de funiculares ou ascensores;
- g) instalacao de comodidades publicas;
- h) construcao de aerodromos e aeroportos;
- i) quaisquer outras obras publicas de que tambem decorra beneficios aos contribuintes.

Art. 102 - As obras acima poderao ser enquadradas em dois programas:

- I - prioritarias, quando preferenciais e de iniciativa da propria administracao;
- II - secundarias, quando de menor interesse geral e solicitadas por pelo meno 2/3 (dois tercos) dos proprietarios de imoveis que venham a ser, no futuro, diretamente beneficiados.

Art. 103 - As obras a que se refere o inciso II do artigo anterior, so poderao ser iniciadas apos ter sido prestada, pelos proprietarios ali referidos, a caucacao fixada.

Parag. 1o. - O orgao fazendario publicara edital estipulando a caucacao cabivel a cada proprietario, as normas que regularao as obrigacoes das partes, o detalhamento do projeto, as especificacoes e orcamento da obra, convocando os interessados a manifestarem, expressamente, sua concordancia ou nao com seus termos.

Parag. 2o. - A caucacao sera integralizada de uma so vez, no prazo maximo de 60 (sessenta) dias, sendo que a importancia total a



ser caucionada não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do orçamento previsto para a execução da obra.

Parag. 3o. - Não sendo prestados todos os caucões no prazo estipulado, a obra não terá início, devolvendo-se as importâncias depositadas, sem atualização ou acréscimos.

Parag. 4o. - Realizada a obra, a caução prestada não será restituída.

Parag. 5o. - Na estipulação do valor a ser pago a título de contribuição de melhoria, pelos proprietários que tiverem seus imóveis beneficiados pela obra, será compensado o valor das caucões prestadas.

## SEÇÃO II

### SUJEITO PASSIVO

Art. 104 - O sujeito passivo da contribuição de melhoria, é o proprietário do bem imóvel beneficiado pela obra pública.

Art. 105 - Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de enfiteuse, o titular do domínio útil.

## SEÇÃO III

### BASE DE CÁLCULO

Art. 106 - A base de cálculo da contribuição de melhoria, é o custo da obra, limite global de ressarcimento, rateado pelos imóveis beneficiados diretamente.

## SEÇÃO IV

### LANÇAMENTO

Art. 107 - Para lançamento da contribuição de melhoria a repartição competente fará publicar previamente, em conjunto ou isoladamente, os seguintes elementos:

- I - memorial descritivo do projeto;
- II - orçamento de custo da obra;
- III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;
- IV - delimitação da zona beneficiada, com a relação dos imóveis nela compreendidos;
- V - o valor a ser pago pelo proprietário.

Parag. 1o. - O proprietário terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para impugnar quaisquer dos elementos



acima referidos, cabendo ao impugnante o onus da prova.

Parag. 2o. - A impugnacao devera ser dirigida a reparticao competente, atraves de peticao, que servira para o inicio do processo administrativo, o qual seguira a tramitacao prevista na parte geral desta Lei.

Parag. 3o. - Os requerimentos de impugnacao, de reclamacao, bem como quaisquer recursos administrativos nao suspenderao o inicio ou prosseguimento das obras, nem obstarao a administracao na pratica dos atos necessarios ao lancamento e cobranca da contribuicao de melhoria.

Art. 108 - Terminada a obra, o contribuinte sera notificado para o pagamento da contribuicao.

PARAGRAFO UNICO - A notificacao contera o montante da contribuicao, a forma e prazo de pagamento e os elementos que integrem o respectivo calculo, alem dos demais elementos que lhe sao proprios.

Art. 109 - A contribuicao de melhoria sera paga a vista ou em prestacoes mensais, conforme escolha do contribuinte.

PARAGRAFO UNICO - O pagamento parcelado sera corrigido conforme desvalorizacao da moeda, acrescido de juros de 1% (hum por cento) ao mes.

## SECAO V

### INFRACOES E PENALIDADES

Art. 110 - A atraso no pagamento das prestacoes, sujeitara o contribuinte a atualizacao monetaria e as penalidades previstas no artigo 132, deste codico.

## LIVRO SEGUNDO

### PARTE GERAL

#### TITULO I

#### DAS NORMAS GERAIS

#### CAPITULO I

#### SECAO UNICA

#### DO SUJEITO PASSIVO

Art. 111 - O sujeito passivo da obrigacao tributaria, sera considerado:

I - contribuinte, quando tiver relacao pessoal e direta com a situacao que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsavel, quando sem revestir a situacao de contribuinte, sua obrigacao decorrer de disposicoes



expressas desta Lei.

Art. 112 - São pessoalmente responsáveis:

- I - o adquirente, pelos débitos relativos a bem imóvel, existentes a data do título de transferência, salvo quando conste prova de plena quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;
- II - o espólio, pelos débitos tributários do "de cujus" existentes a data de abertura da sucessão;
- III - o sucessor, a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos débitos tributários do "de cujus" existentes até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

Art. 113 - A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra e responsável pelos tributos devidos, até a data do ato, pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

PARAGRAFO UNICO - O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou ainda sob firma individual.

Art. 114 - A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação, ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do respectivo ato:

- I - Integralmente, se o alienado cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributadas;
- II - Subsidiariamente, com o alienado, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, contados da data de alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 115 - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

- I - os pais, pelos débitos tributários dos filhos menores;
- II - os tutores e curadores, pelos tributários de seus tutelados e curatelados;
- III - os administradores de bens de terceiros, pelos débitos



- tributarios destes:
- IV - o inventariante, pelos debitos tributarios do espolio;
  - V - o sindico e o comissario, pelos debitos tributarios da massa falida ou do concordatario;
  - VI - os tabelleaes, escriptaes e demais serventuarios de officio pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles, em razao do seu officio;
  - VII - os socios, pelos debitos tributarios de sociedade de pessoas no casos de liquidacao.

PARAGRAFO UNICO - Ao disposto neste artigo somente se aplicam as penalidades de carater moratorio.

Art. 116 - Sao pessoalmente responsaveis pelos creditos correspondentes a obrigacoes tributarias resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infraccao de Lei, contrato social ou estatutos:

- I - as pessoas referidas no artigo anterior;
- II - os mandatarios, os prepostos e empregados;
- III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas juridicas de direito privado.

Art. 117 - O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declaracoes solicitadas pela autoridade administrativa, quando esta julga-las insuficientes ou imprecisas, podera exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

Parag. 1o. - A convocacao do contribuinte sera feita por quaisquer dos meios previstos nesta Lei.

Parag. 2o. - Feita a convocacao do contribuinte, tera ele o prazo de 20 (vinte) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, pessoalmente ou por via postal, sob pena de que se proceda ao lancamento de officio, sem prejuizo da applicacao das penalidades legais cabiveis.

## CAPITULO II

### DO CREDITO TRIBUTARIO

#### SECAO I

#### LANCAMENTO

Art. 118 - O lancamento do tributo independe:

- I - da validade juridica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsaveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objetivo ou dos seus efeitos;



II - os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Art. 119 - O contribuinte sera notificado do lancamento do tributo no domicilio tributario, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto.

Parag. 1o. - Quando o Municipio permitir que o contribuinte eleja domicilio tributario fora de seu territorio, a notificacao far-se-a por via postal registrada, com aviso de recebimento.

Parag. 2o - Na impossibilidade de entrega do aviso respectivo, ou no caso de recusa de seu recebimento, a notificacao far-se-a por edital, publicado no orgao oficial do Municipio.

Art. 120 - Sera sempre de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da notificacao, o prazo maximo para impugnacao do lancamento e minimo para pagamento, se outro prazo nao for estipulado, especificamente nesta Lei.

Art. 121 - A notificacao de lancamento contera no minimo:

- I - o endereco do imovel tributado;
- II - o nome do sujeito passivo, e seu domicilio tributario;
- III - a denominacao do tributo e o exercicio a que se refere;
- IV - o valor do tributo, sua aliquota e base de calculo;
- V - o prazo para recolhimento;
- VI - o comprovante, para o orgao fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

Art. 122 - Enquanto nao extinto o direito da Fazenda Publica, poderao ser efetuados lancamentos omitidos ou viciados por irregularidades ou erro de fato.

Art. 123 - Ate o dia 10 (dez) de cada mes, os serventuarios da justica enviarao ao fisco municipal, informacoes a respeito dos atos relativos a imoveis, praticados no mes anterior, tais como, transcricoes, inscricoes e averbacoes.

## SECAO II

### SUSPENSAO DO CREDITO TRIBUTARIO

Art. 124 - A concessao de moratoria, sera objeto de Lei especial, atendidos os requisitos doCodigo Tributario Nacional.

Art. 125 - O deposito do montante integral ou parcial, da obrigacao tributaria podera ser efetuado pelo sujeito passivo e suspendera a exigibilidade do credito tributario a partir da data de sua



efetivacao na tesouraria municipal ou de sua consignacao judicial.

Art. 126 - A impugnacao, a defesa e os recursos apresentados pelo sujeito passivo, bem como a concessao de medida liminar em mandado de seguranca, suspendem a exigibilidade do credito tributario, independentemente do previo deposito.

Art. 127 - A suspensao da exigibilidade do credito tributario nao dispensa o cumprimento das obrigacoes accessorias dependentes da obrigacao principal ou dela consequentes.

Art. 128 - Os efeitos suspensivos cessam pela extincao ou exclusao do credito tributario, pela decisao administrativa desfavoravel, no todo ou em parte, ao sujeito passivo e pela cassacao da medida liminar concedida em mandado de seguranca.

### SECAO III

#### EXTINCAO DO CREDITO TRIBUTARIO

Art. 129 - Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniaria sera efetuado sem que se expeca o competente Documento de Arrecadacao Municipal - DAM - na forma estabelecida em regulamento.

PARAGRAFO UNICO - No caso de expedicao fraudulenta de documentos de arrecadacao municipal, responderao civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 130 - Todo o pagamento de tributo devera ser efetuado na tesouraria municipal ou em estabelecimento de credito autorizado pela Administracao sob pena de nulidade.

Art. 131 - E facultado a administracao a cobranca em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposicoes regulamentares.

Art. 132 - O tributo e demais creditos tributarios nao pagos na data do vencimento terao seu valor atualizado e acrescido de acordo com os seguintes criterios:

- I - juros de mora a taxa de 1% (hum por cento) ao mes, devido a partir do mes do vencimento, considerando-se des qualquer fracao;
- II - o principal sera atualizado mediante a aplicacao da TRD (Taxa Referencial Diaria) acumulada a partir do dia do vencimento ate a data do pagamento;
- III - sobre o valor do principal atualizado serao aplicados, multa de:
  - a) 10% (dez por cento), quando o pagamento for efetuado ate 30 (trinta) dias apos o vencimento;
  - b) 20% (vinte por cento), quando o pagamento for efetuado depois de 30 (trinta) dias e ate 60



(sessenta) dias, apos o vencimento;

- c) 30% (trinta por cento), quando o pagamento for efetuado depois de decorridos mais de 60 (sessenta) dias do vencimento.

Art. 133 - O sujeito passivo tera direito a restituicao total ou parcial, das importancias pagas a titulo de tributo ou demais creditos tributarios nos seguintes casos:

- I - cobrança ou pagamento espontaneo de tributo indevido, ou em valor maior que o devido, em face da legislacao tributaria ou da natureza ou circunstancias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- II - erro na identificacao do sujeito passivo, na determinacao da aliquota, no calculo do montante do debito ou na elaboracao ou na conferencia de qualquer documento relativo ao pagamento;
- III - reforma, anulacao, revogacao ou rescisao de decisao condenatoria.

Parag. 1o. - A restituicao de tributos que comportem, por sua natureza, transferencia do respectivo encargo financeiro somente sera feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de te-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebe-la.

Parag. 2o. - A restituicao total ou parcial da lucar a restituicao, na proporcao, dos juros de mora, penalidades pecuniarias e demais acrescimos legais relativos ao principal, excetuando-se os acrescimos referentes a infracoes de carater formal.

Art. 134 - A autoridade administrativa podera determinar que a restituicao se processe atraves de compensacao.

Art. 135 - O direito de pleitear a restituicao total ou parcial do tributo, extingue-se com o decurso de 05 (cinco) anos, contados:

- I - nas hipoteses dos incisos I e II do artigo 133, da data da extincao do credito tributario;
- II - na hipotese do inciso III do artigo 133, da data em que se tornar definitiva a decisao administrativa ou transitar em julgado a decisao judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisao condenatoria.

Art. 136 - Prescreve em 02 (dois) anos a acao anulatoria de decisao administrativa que denegar a restituicao.

PARAGRAFO UNICO - O prazo de prescricao e interrompido pelo inicio da acao judicial, recomecendo o seu curso, por metade, a partir da data de intimacao validamente feita ao representante da



Fazenda Municipal

Art. 137 - O pedido de restituicao sera feito a autoridade administrativa atraves de requerimento da parte interessada que apresentara prova do pagamento e as razoes da ilegalidade ou irregularidade do credito.

Art. 138 - A importancia sera restituída dentro de um prazo maximo de 30 (trinta) dias a contar da decisao final que defira o pedido.

PARAGRAFO UNICO - A nao restituicao no prazo definido neste artigo implicara, a partir de entao, em atualizacao monetaria da quantia em questao e na incidencia de juros nao capitalizaveis de 1% (hum por cento) ao mes sobre o valor atualizado.

Art. 139 - So havera restituicao de quaisquer importancias apos decisao definitiva, na esfera administrativa, favoravel ao contribuinte.

Art. 140 - Fica o Executivo Municipal autorizado, a seu criterio, a compensar debitos tributarios com creditos liquidados e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo contra a Fazenda Publica, nas condicoes e sob as garantias que estipular.

PARAGRAFO UNICO - Sendo vincendo o credito tributario do sujeito passivo, o seu montante sera deduzido de 1% (hum por cento) por cada mes que decorrer entre a data da compensacao e a do vencimento.

Art. 141 - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar transacao entre os sujeitos ativo e passivo da obrigacao tributaria, que, mediante concessoes mutuas, importe em terminacao do litigio e consequente extincao do credito tributario, desde que ocorra ao menos uma das seguintes condicoes:

I - o litigio tenha como fundamento obrigacoes tributarias cuja expressao monetaria seja inferior ao valor da Unidade de Referencia - UR, definida no artigo 221 deste codigo;

II - a demora na solucao do litigio seja onerosa para o Municipio;

Art. 142 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissao total ou parcial do credito tributario, atendendo:

I - a situacao economica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorancia excusaveis do sujeito passivo quanto a materia de fato;

III - ao fato de ser a importancia do credito tributario inferior ao valor da Unidade de Referencia - UR, definida no artigo 221 deste codigo;



IV - as condicoes de equidade relativamente as caracteristicas pessoais ou materiais do caso;

PARAGRAFO UNICO - A concessao referida neste artigo nao gera direito adquirido e sera revogada de oficio sempre que se apure que o beneficiario nao satisfazia ou deixou de satisfazer as condicoes, ou nao cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessarios a sua obtencao, sem prejuizo da aplicacao das penalidades cabiveis nos casos de dolo ou simulacao do beneficiario.

Art. 143 - O direito da Fazenda Publica constituir o credito tributario decai apos 05 (cinco) anos, contados:

- I - da data em que tenha sido notificado o sujeito passivo, qualquer medida preparatoria indispensavel ao lancamento;
- II - do primeiro dia do exercicio seguinte aquele em que o lancamento deveria ter sido efetuado;
- III - da data em que se tornar definitiva a decisao que houver anulado, por vicio formal, o lancamento anteriormente efetuado;

Parag. 1o. - Excetuando o caso do inciso III deste artigo, o prazo de decadencia nao admite interrupcao ou suspensao.

Parag. 2o. - Ocorrendo a decadencia, aplicam-se as normas do artigo 145, no tocante a apuracao de responsabilidade e a caracterizacao da falta.

Art. 144 - A acao para cobranca do credito tributario, prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data de sua constituicao definitiva.

Parag. 1o. - A prescricao se interrompe:

- a) pela citacao pessoal feita ao devedor;
- b) pelo processo judicial;
- c) por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- d) por qualquer ato inequivoco, ainda que extra-judicial, importe em reconhecimento do debito pelo devedor.

Parag. 2o. - A prescricao se suspende:

- a) durante o prazo de concessao da moratoria ate sua revogacao, em caso de dolo ou simulacao do beneficiario ou de terceiro por aquele;
- b) durante o prazo de concessao da remissao ate a sua revogacao, em caso de dolo ou simulacao do beneficiario ou de terceiro por aquele;
- c) a partir da inscricao do debito em divida ativa, por



180 (cento e oitenta) dias, ou ate a distribuicao da execucao fiscal se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

Art. 145 - Ocorrendo a prescricao abrir-se-a inquerito administrativo para apurar as responsabilidades na forma da Lei.

PARAGRAFO UNICO - A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou funcao e independentemente do vinculo empregaticio ou funcional, respondera civil, criminal e administrativamente pela prescricao do debito tributario sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Municipio do valor dos debitos prescritos.

Art. 146 - As importancias relativas ao montante do credito tributario depositadas na reparticao fiscal ou consignadas judicialmente para efeito de discussao, serao, apos decisao irrecorrivel, no total ou em parte, restituídas de oficio ao impugnante ou convertidas em renda a favor do Municipio.

Art. 147 - Extingue o credito tributario a decisao administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:

- I - declara a irregularidade de sua constituicao;
- II - reconheca a inexistencia da obrigacao que lhe deu origem;
- III - exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigacao;
- IV - declare a incompetencia do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigacao.

Parag. 1o. - Extinguem o credito tributario:

- a) a decisao administrativa irreformavel, assim entendida a definitiva na orbita administrativa que nao mais possa ser objeto de acao anulatoria;
- b) a decisao judicial passada em julgado.

Parag. 2o. - Enquanto nao tornada definitiva a decisao administrativa ou passada em julgado a decisao judicial, continuara o sujeito passivo obrigado nos termos da legislacao tributaria, ressalvada as hipoteses de suspensao da exigibilidade do credito, previstas no artigo 126 deste codigo.

#### SECAO IV

#### EXCLUSAO DO CREDITO TRIBUTARIO

Art. 148 - A exclusao do credito tributario nao dispensa o cumprimento das obrigacoes acessorias dependentes da obrigacao principal ou dela consequentes.

Art. 149 - A isencao, quando concedida em funcao do preenchimento de determinadas condicoes ou cumprimento de requisitos,



dependera de reconhecimento anual pelo Executivo, antes da expiracao de cada exercicio, mediante requerimento do interessado em que prove enquadrar-se nas situacoes exigidas pela Lei concedente.

PARAGRAFO UNICO - Quando deixaram de ser cumpridas as exigencias determinadas na lei de isencao, condicionadas a prazo ou a quaisquer outros encargos, a autoridade administrativa, fundamentadamente, cancelara o despacho que reconheceu o beneficio.

Art. 150 - A anistia, quando nao concedida em carater geral, e efetivada, em cada caso, por despacho do Executivo em requerimento no qual o interessado faca prova do preenchimento das condicoes e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessao.

PARAGRAFO UNICO - O despacho referido neste artigo nao gera direito adquirido e sera revogado de oficio sempre que o beneficiado nao satisfazia ou deixou de satisfazer as condicoes ou nao cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para concessao do favor, cobrando-se o credito acrescido de juros de mora.

Art. 151 - A concessao da anistia implica em perdao da infracao, nao constituindo esta, antecedente para efeito de imposicao ou graduacao de penalidades por outras infracoes de qualquer natureza a ela subsequentes cometidas pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.

#### SECAO V

#### INFRACOES E PENALIDADES

Art. 152 - Os contribuintes que se encontrarem em debito para com a Fazenda Municipal, nao poderao dela receber quantias ou creditos de qualquer natureza, nem participar de licitacoes publicas ou administrativas para fornecimento de materiais ou equipamentos, ou a realizacao de obras e prestacao de servicos aos orgaos da administracao municipal direta ou indireta, bem como gozarem de quaisquer beneficios fiscais.

Art. 153 - Independentemente dos limites estabelecidos nesta lei, a reincidencia em infracao da mesma natureza punir-se-a com multa em dobro, e, a cada nova reincidencia, aplicar-se-a essa penalidade, acrescida de 50% (cinquenta por cento).

Art. 154 - O contribuinte ou responsavel podera apresentar denuncia espontanea de infracao, ficando excluida a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuando o pagamento do tributo devido, atualizando com os acrescimos legais cabiveis ou depositada a importancia arbitrada pela autoridade administrativa quando o montante do tributo dependa de apuracao.

Parag. 1o. - Nao se considera espontanea a denuncia apresentada apos o inicio de qualquer procedimento ou medida de fiscalizacao relacionadas com a infracao.

Parag. 2o. - A apresentacao de documentos obrigatorios a administracao nao importa em denuncia espontanea, para fins do



disposto neste artigo.

Art. 155 - Sera punidas:

- I - com multa de 30% (cinquenta por cento) da Unidade de Referencia - UR, quaisquer pessoas, independentemente de cargo, oficio ou funcao, ministerio, atividade ou profissao, que embaracarem, edilirem ou dificultarem a acao da Fazenda Municipal;
- II - com multa de 100% (cem por cento) da Unidade de Referencia - UR, quaisquer pessoas, fisicas ou juridicas que infringirem dispositivos da legislacao tributaria do Municipio, para os quais nao tenham sido especificadas as penalidades proprias.

Art. 156 - Sao considerados crimes de sonegacao fiscal, pratica pelo sujeito passivo ou por terceiros em beneficio daquele, dos seguintes atos:

- I - prestar declaracao falsa ou omitir, total ou parcialmente, informacao que deva ser produzida a agentes do fisco com intencao de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo e quaisquer outros adicionais devidos por lei;
- II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operacoes de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intencao de exonerar-se do pagamento de tributo devidos a Fazenda Municipal;
- III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operacoes tributaveis, com o proposito de fraudar a Fazenda Municipal;
- IV - fornecer ou emitir documentos graciosos ou majorar despesas com o objetivo de obter deducacao de tributos devidos a Fazenda Municipal.

TITULO II

DO PROCEDIMENTO FISCAL TRIBUTARIO

CAPITULO I

DA ADMINISTRACAO TRIBUTARIA

SECAO I

CONSULTA

Art. 157 - Ao contribuinte ou responsavel e assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretacao e aplicacao da legislacao tributaria, desde que feita antes de acao fiscal e em obediencia as normas aqui estabelecidas.



Art. 158 - A consulta sera dirigida ao titular da Fazenda Municipal com apresentacao clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensaveis ao atendimento da situacao de fato, indicados os dispositivos legais e instruida, se necessario, com documentos.

Art. 159 - Nenhum procedimento fiscal sera promovido contra o sujeito passivo, em relacao a especie consultada, durante a tramitacao da consulta.

PARAGRAFO UNICO - Os efeitos previstos neste artigo nao se produziram em relacao as consultas meramente protelatorias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislacao tributaria ou sobre tese de direito ja resolvida por decisao administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

Art. 160 - A resposta a consulta sera respeitada pela administracao, salvo se baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

Art. 161 - Na hipotese de mudanca de orientacao fiscal, a nova orientacao atingira os casos, ressalvado o direito daqueles que anteriormente procederam de acordo com a orientacao vigente ate a data da modificacao.

PARAGRAFO UNICO - Enquanto o contribuinte, protegido por consulta, nao for notificado de qualquer alteracao posterior no entendimento da autoridade administrativa sobre o mesmo assunto, ficara amparado em seu procedimento pelos termos da resposta a sua consulta.

Art. 162 - A formulacao da consulta nao tera efeito suspensivo da cobranca de tributos e respectivas atualizacoes e penalidades.

PARAGRAFO UNICO - O consulente podera evitar a oneracao do debito por multa, juros de mora e correcao monetaria efetuando o seu pagamento ou o previo deposito administrativo das importancias que, se indevidas, serao restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificacao do consulente.

Art. 163 - A autoridade administrativa dara resposta a consulta no prazo de 30 (trinta) dias.

PARAGRAFO UNICO - Do despacho proferido em processo de consulta cabera pedido de reconsideracao, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificacao, desde que fundamentado em novas alegacoes.

## SECAO II

### FISCALIZACAO

Art. 164 - Compete a administracao Fazendaria Municipal, pelos orgaos especializados, a fiscalizacao do cumprimento das normas da legislacao tributaria.



Parag. 1o. - Iniciada a fiscalizacao ao contribuinte, terao os agentes fazendarios o prazo de 30 (trinta) dias para conclui-la, salvo quando esteja ele submetido a regime especial de fiscalizacao.

Parag. 2o. - Havendo justo motivo, o prazo referido no paragrafo anterior podera ser prorrogado, mediante despacho do titular da Fazenda Municipal, pelo periodo por este fixado.

Art. 165 - A fiscalizacao sera exercida sobre todas as pessoas sujeitas a cumprimento de obrigacoes tributarias, inclusive aquelas isenas ou isentas.

Art. 166 - A autoridade administrativa tera ampla faculdade de fiscalizacao, podendo, especialmente:

- I - exigir do sujeito passivo a exibicao de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento a reparticao competente para prestar informacoes ou declaracoes;
- II - apreender livros e documentos fiscais, nas condicoes e formas definidas nesta lei;
- III - fazer inspecoes, vistorias, levantamentos e avaliacoes nos locais e estabelecimentos onde exercam atividades passiveis de tributacao ou nos bens que constituam materia tributavel.

Art. 167 - A escrita fiscal ou mercantil, com omissao de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, sera desclassificada e facultado a administracao o arbitramento dos diversos valores.

Art. 168 - O exame de livros, arquivos, documentos, papeis e efeitos comerciais e demais diligencias da fiscalizacao poderao ser repetidos, em relacao a um mesmo fato ou periodo de tempo, enquanto nao extinto o direito de proceder o lancamento do tributo ou penalidade, ainda que ja lancados e pagos.

Art. 169 - Mediante intimacao escrita, sao obrigados a prestar a autoridade administrativa todas as informacoes de que disponham, com relacao aos bens, negocios ou atividades de terceiros:

- I - os tabeliaes, escriptaes e demais serventuarios de oficio
- II - os bancos, caixas economicas e demais instituicoes financeiras;
- III - as empresas de administracao de bens;
- IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- V - os inventariantes;



- VI - os sindicatos, comissarios e liquidatarios;
- VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razao de seu cargo, officio, funcao, ministerio, atividade ou profissao, detenham em seu poder, a qualquer titulo e de qualquer forma, informacoes necessarias ao fisco.

PARAGRAFO UNICO - A obrigacao prevista neste artigo nao abrange a prestacao de informacoes quanto a fatos os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo.

Art. 170 - Independentemente do disposto na legislacao criminal, e vedada a divulgacao, para qualquer fins, por parte de preposto da Fazenda Municipal, de qualquer informacao economico-financeira e sobre a natureza e estado dos negocios ou atividades das pessoas sujeitas a fiscalizacao.

Parag. 1o. - Excetua-se do disposto neste artigo unicamente as requisicoes da autoridade judiciaria e os casos de prestacao mutua de assistencia para fiscalizacao de tributos e permuta de informacoes entre os diversos orgaos do Municipio e entre este e a Uniao, Estados e outros Municipios.

Parag. 2o. - A divulgacao das informacoes obtidas no exame de contas e documentos, constitui falta grave, sujeita a penalidade da legislacao pertinente.

Art. 171 - As autoridades da administracao fiscal do Municipio, atraves do Prefeito, poderao requisitar auxilio da forza publica federal, estadual ou municipal, quando victimas de embaraco ou desacato no exercicio de suas funcoes e de seus agentes, ou quando indispensavel a efetivacao de medidas previstas na legislacao tributaria.

### SECAO III

#### CERTIDÕES

Art. 172 - A pedido do contribuinte, em nao havendo debito, sera fornecida certidao negativa dos tributos municipais, nos termos do requerimento.

Art. 173 - A certidao sera fornecida dentro de 10 (dez) dias, a contar da data de entrada do requerimento na reparticao, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 174 - Tera os mesmos efeitos da certidao negativa a que ressaltar a existencia de creditos:

- I - nao vencida;
- II - em curso de cobranca executada com efetivacao de penhora
- III - cuja exigibilidade esteja suspensa.



Art. 175 - A certidão negativa fornecida não exclui o direito da Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser posteriormente apurados.

Art. 176 - O Município não celebrará contrato, aceitará proposta em concorrência pública, concederá licença para construção ou reforma, ou habite-se, nem aprovará planta de loteamento, sem que o interessado faça prova por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos ao objeto em questão.

Art. 177 - A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo pagamento do crédito tributário, juro de mora e demais acréscimo.

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que couber e é extensiva a quantos colaboraram por ação ou omissão no erro contra a Fazenda Municipal.

#### SEÇÃO IV

##### DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

Art. 178 - As importâncias relativas a tributos e seus acréscimos, bem como a quaisquer outros débitos tributários lançados mas não recolhidos, constituem dívida ativa a partir da data de sua inscrição regular.

PARÁGRAFO ÚNICO - A fluência de juros de mora não exclui para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 179 - A Fazenda Municipal, inscreverá em dívida ativa, a partir do primeiro dia útil do exercício seguinte ao do lançamento dos débitos tributários, os contribuintes inadimplentes com as obrigações tributárias.

Parag. 1o. - Sobre os débitos inscritos em dívida ativa, incidirão, correção monetária, multa e juros, a contar da data de vencimento dos mesmos.

Parag. 2o. - No caso de débito com pagamento parcelado, considerar-se-á data de vencimento, para efeito de inscrição, aquela da primeira parcela não paga.

Parag. 3o. - Os débitos serão cobrados amigavelmente antes de sua execução.

Art. 180 - O termo de inscrição de dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- 1 - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;



- II - o valor originario da divida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei;
- III - a origem, a natureza e o fundamento legal da divida;
- IV - a indicacao de estar a divida sujeita a atualizacao monetaria, bem como o respectivo fundamento legal e o termo oficial para o calculo;
- V - a data e o numero da inscricao no livro de divida ativa;
- VI - sendo o caso, o numero do processo administrativo ou do auto de infracao, se neles estiver apurado o valor da divida.

Parag. 1o. - A certidao contera, alem dos requisitos deste artigo, a indicacao do livro e da folha de inscricao.

Parag. 2o. - O termo de inscricao e a certidao de divida ativa, poderao ser preparados e numerados por processo manual, mecanico ou electronico.

Art. 181 - A omissao de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou erros a eles relativo, sao causas de nulidade da inscricao e do processo de cobranca dela decorrente, mas a nulidade podera ser sanada ate a decisao judicial de primeira instancia, mediante substituicao da certidao nula, devolvida ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente podera versar sobre a parte modificada.

Art. 182 - O debito inscrito em divida ativa, a criterio do orgao fazendario e respeitado o disposto no artigo 132 e seus incisos, podera ser parcelado em ate 10 (dez) pagamentos mensais e sucessivos.

Parag. 1o. - O parcelamento so sera concedido mediante requerimento do interessado, o que implicara no reconhecimento da divida.

Parag. 2o. - O nao pagamento de quaisquer das prestacoes na data fixada no acordo, importara no vencimento antecipado das demais, e na imediata cobranca do credito, ficando proibida sua renovacao ou novo parcelamento para o mesmo debito e/ou mesmo contribuinte.

## CAPITULO II

### DO PROCESSO FISCAL TRIBUTARIO

#### SECAO I

#### IMPUGNACAO

Art. 183 - A impugnacao tem efeito suspensivo da



exigencia e instaurara a fase contraditoria do procedimento.

PARAGRAFO UNICO - A impugnacao do lancamento mencionara:

- a) a autoridade julgadora a quem e dirigida;
- b) a qualificacao do interessado e o endereco para intimacao;
- c) os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
- d) as diligencias que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razoes;
- e) o objetivo visado.

Art. 184 - O impugnador sera notificado do despacho no proprio processo, mediante assinatura ou por via postal registrada, ou ainda por edital quando se encontrar em local incerto e nao sabido.

Art. 185 - Na hipotese da impugnacao ser julgada improcedente, os tributos e penalidades impugnadas serao utilizados monetariamente e acrescidos de multa e juros de mora, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabiveis.

Parag. 1o. - O sujeito passivo podera evitar a aplicacao dos acrescimos na forma deste artigo, desde que efetue o previo deposito administrativo, na tesouraria do Municipio, da quantia total exigida.

Parag. 2o. - Julgada improcedente a impugnacao, o sujeito passivo arcara com as custas processuais que houver.

Art. 186 - Julgada procedente a impugnacao, sera restituídas ao sujeito passivo, dentro de prazo de 30 (trinta) dias contados do despacho da decisao, as importancias acaso depositadas, atualizadas monetariamente a partir da data em que foi efetuado o deposito.

## SECAO II

### AUTO DE INFRACAO

Art. 187 - As acoes ou omissoes que contrariem o disposto na legislacao tributaria serao, atraves de fiscalizacao, objeto de atuacao com o fim de determinar o responsavel pela infracao verificada, o dano causado ao Municipio e seu respectivo valor, aplicar ao infrator a pena correspondente e proceder-se, quando for o caso, no sentido de obter o ressarcimento do referido dano.

Art. 188 - O auto de infracao sera lavrado por autoridade administrativa competente e contera:

- I - o local, a data e a hora da lavratura;
- II - o nome, o endereco do infrator e de seu estabelecimento, com a respectiva inscricao, quando houver;
- III - descricao clara e precisa do fato que constitui a infracao e, se necessario, as circunstancias



pertinentes;

- IV - a citacao expressa do dispositivo legal infringido e do que define a infracao e comina a respectiva penalidade;
- V - a referencia a documentos que serviram de base a lavratura do auto;
- VI - a intimacao para apresentacao de defesa ou pagamento do tributo, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, bem como o calculo dos acrescimos legais, penalidades e/ou atualizacoes;
- VII - a assinatura do agente autuante e a indicacao de seu cargo ou funcao;
- VIII - a assinatura do autuado ou infrator ou a mencao da circunstancia de que nao pode ou se recusou a assinar.

Parag. 1o. - As incorrecoes ou omissoes verificadas no auto de infracao, nao constituem motivo de nulidade no processo, desde que o mesmo conste elementos suficientes para determinar a infracao e o infrator.

Parag. 2o. - Havendo reformulacao ou alteracao do auto de infracao, sera devolvido ao contribuinte autuado o prazo de defesa.

Parag. 3o. - A assinatura do autuado podera ser oposta no auto, simplesmente ou sob protesto, e, em nenhuma hipotese, implicara em confissao da falta arguida, nem sua recusa agravara a infracao ou anulara o auto.

Art. 189 - Apes a lavratura do auto, o autuante inscrevera, em livro fiscal do contribuinte, se existente, termo do qual devera constar relato dos fatos, da infracao verificada, e mencao especificada dos documentos apreendidos, de modo a possibilitar a reconstituicao do processo.

Art. 190 - Lavrado o auto, terao os autuantes o prazo obrigatorio e improrrogavel de 48 (quarenta e oito) horas, para entregar copia do mesmo ao orgao arrecadador.

PARAGRAFO UNICO - A ineficacia do disposto neste artigo sujeitara o funcionario as penalidades do inciso I, do artigo 155, deste codigo.

Art. 191 - Conformando-se o autuado com o auto de infracao e desde que efetue o pagamento das importancias exigidas dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da respectiva lavratura, o valor das multas, exceto a moratoria, sera reduzido de 50% (cinquenta por cento).

Art. 192 - Nenhum auto de infracao sera arquivado nem cancelada a multa fiscal, sem o previo despacho da autoridade administrativa.



### SECAO III

#### TERMO DE APREENSAO

Art. 193 - Poderao ser apreendidos bens moveis, inclusive mercadorias, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam prova de infraccao de legislacao tributaria.

PARAGRAFO UNICO - A apreensao podera compreender livros ou documentos quando constitua prova de fraude, simulacao, adulteracao ou falsificacao.

Art. 194 - A apreensao ser objeto de lavratura de termo proprio, devidamente fundamentado, contendo a descricao dos bens ou documentos apreendidos, com indicacao do lugar onde ficarem depositados e o nome do depositario, se for o caso, alem dos demais elementos indispensaveis a identificacao do contribuinte e descricao clara e precisa do fato e a indicacao das disposicoes legais.

Art. 195 - A restituicao dos documentos e bens apreendidos, sera feita mediante recibo e contra deposito das quantias excoidas, se for o caso.

Art. 196 - Os documentos apreendidos podera, a requerimento do autuado, ficando no processo copia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original nao seja indispensavel a este fim.

Art. 197 - Lavrado o auto de infraccao ou o termo de apreensao, por esses mesmos documentos sera o sujeito passivo intimado a recolher o debito, cumprir o que lhe foi determinado ou apresentar defesa.

### SECAO IV

#### DEFESA

Art. 198 - O sujeito passivo podera contestar a exigencia fiscal, independentemente do previo deposito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da intimacao, do auto de infraccao ou do termo de apreensao, mediante defesa por escrito, alegando toda a materia que entender util e juntando os documentos comprobatorios das razoes apresentadas.

Art. 199 - O sujeito passivo podera, conformando-se com parte dos termos da autuacao, recolher os valores relativos a essa parte, ou cumprir o que for determinado pela autoridade fiscal, contestando o restante.

Art. 200 - A defesa sera dirigida ao titular da Fazenda Municipal, constara de peticao datada e assinada pelo sujeito passivo ou seu representante, e devera ser acompanhada de todos os elementos que lhe servirem de base.

Art. 201 - Anexada a defesa, sea o processo encaminhado ao funcionario autuante ou seu substituto para que, no prazo de



10 (dez) dias, prorrogaveis a criterio do titular da Fazenda Municipal, se manifeste sobre as razoes oferecidas.

Art. 202 - Na hipotese de auto de infracao, conformando-se o autuado com o despacho da autoridade administrativa e desde que efetue o pagamento das importancias excoidas dentro do prazo para interposicao de recurso, o valor das multas sera reduzido de 25% (vinte e cinco por cento) e o procedimento tributario arquivado.

Art. 203 - Aplicam-se a defesa, no que couberem, as normas relativas a impugnacao.

## SECAO V

### DILIGENCIAS

Art. 204 - A autoridade administrativa determinara, de oficio ou a requerimento do sujeito passivo, em qualquer instancia, a realizacao de pericias e outras diligencias, quando as entender necessarias, fixando-lhes prazo e indefirira as que considerar prescindiveis, impraticaveis ou protelatorias.

PARAGRAFO UNICO - A autoridade administrativa determinara o agente da Fazenda Municipal e/ou perito devidamente qualificado para a realizacao das diligencias.

Art. 205 - O sujeito passivo podera participar das diligencias, pessoalmente ou atraves de seu preposto ou representante legal, e as alegacoes que fizer serao juntadas ao processo para serem apreciadas no julgamento.

Art. 206 - As diligencias sera realizadas no prazo maximo de 30 (trinta) dias, prorrogaveis a criterio de autoridade administrativa e suspenderao o curso dos demais prazos processuais.

## SECAO VI

### PRIMEIRA INSTANCIA ADMINISTRATIVA

Art. 207 - As impugnacoes e lancamentos e as defesas de auto infracao e de termos de apreensao serao decididas, em primeira instancia administrativa, pelo titular da Fazenda Municipal.

PARAGRAFO UNICO - A autoridade julgadora tera o prazo de 60 (sessenta) dias para proferir sua decisao, contados da data do recebimento da impugnacao ou defesa.

Art. 208 - Considera-se iniciado o procedimento fiscal administrativo:

- I - com a impugnacao, ou pelo sujeito passivo, de lancamento ou ato administrativo dele decorrente;
- II - com a lavratura do termo de inicio de fiscalizacao ou intimacao escrita para apresentar livros comerciais ou



fiscais e outros documentos de interesse da Fazenda Municipal;

- III - com a lavratura do termo de apreensao de livros ou de outros documentos fiscais;
- IV - com a lavratura do auto de infracao;
- V - com qualquer ato escrito de agente do fisco, que caracterize o inicio do procedimento para apuracao de infracao fiscal, de conhecimento previo do fiscalizado.

Art. 209 - Findo o prazo para producao de provas ou perempto o direito de apresentar a defesa, a autoridade julgadora proferira decisao no prazo de 20 (vinte) dias.

PARAGRAFO UNICO - Se nao se considerar possuidora de todas as informacoes necessarias a sua decisao, a autoridade administrativa podera converter o processo em diligencia e determinar a producao de novas provas.

Art. 210 - Nao sendo proferida decisao no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligencia, podera a parte interpor recurso voluntario, como se fora julgado procedente o auto de infracao ou improcedente a impugnacao contra o lancamento, cessando, com a interposicao do recurso, a jurisdicao da autoridade de primeira instancia.

## SECAO VII

### SEGUNDA INSTANCIA ADMINISTRATIVA

Art. 211 - Das decisoes de primeira instancia cabera recurso para instancia administrativa superior:

- I - voluntario, quando requerido pelo sujeito passivo no prazo de 20 (vinte) dias a contar da notificacao do despacho quando a ele contrarias no todo ou em parte;
- II - de oficio, a ser obrigatoriamente interposto pela autoridade julgadora, imediatamente e no proprio despacho, quando contrarias, no todo ou em parte, ao Municipio, desde que a importancia em litigio exceda a 5 (cinco) vezes o valor da Unidade de Referencia - UR, definido no artigo 221 deste codico.

Parag. 1o. - O recurso tere efeito suspensivo.

Parag. 2o. - Enquanto nao interposto o recurso de oficio, a decisao nao produzira efeito.

Art. 212 - A decisao, na instancia administrativa superior, sera proferida no prazo maximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificacao do despacho as modalidades previstas para a primeira instancia.



PARAGRAFO UNICO - Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisao, nao serao computados juros e atualizacao a partir desta data.

Art. 213 - A segunda instancia administrativa sera representada pelo Prefeito Municipal.

Art. 214 - O recurso voluntario podera ser impetrado independentemente de apresentacao da garantia de instancia.

#### DISPOSICOES FINAIS

Art. 215 - Sao definitivas as decisoes de qualquer instancia, uma vez esgotado o prazo legal para interposicao de recurso, salvo se sujeitas a recursos de oficio.

Art. 216 - Nao se tomara qualquer medida contra o contribuinte que tenha acido ou pago tributo de acordo com a decisao administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente modificada.

Art. 217 - Todos os atos relativos a materia fiscal serao praticados dentro dos prazos fixados na legislacao tributaria.

Parag. 1o. - Os prazos serao continuos, excluido no seu computo o dia do inicio e incluido o do vencimento.

Parag. 2o. - Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na Prefeitura ou estabelecimento de credito, prorrogando-se se necessario, ate o primeiro dia util seguinte.

Art. 218 - O responsavel por loteamento fica obrigado a apresentar a administracao:

- I - Titulo de Propriedade da area loteada;
- II - planta completa do loteamento, contendo, em parcela que permita sua anotacao, os logradouros, quadras, lotes, area total e areas cedidas ao patrimonio municipal;
- III - mensalmente, comunicacao das alienacoes realizadas, colhendo os dados indicativos dos adquirentes e das unidades adquiridas.

Art. 219 - Os Cartorios serao obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, para efeito de lavratura de escritura de transferencia ou venda de imovel, certidao de aprovacao do loteamento e ainda enviar a administracao relacao mensal das operacoes realizadas com imoveis.

Art. 220 - Consideram-se integrados a presente Lei as tabelas dos anexos que a acompanham.

Art. 221 - Fica instituida a UNIDADE DE REFERENCIA - UR, no valor de Cr\$ 3.000,00 (cinco mil cruzeiros), para calculo das taxas.



Art. 222 - A base de calculo do IGS, definida no artigo 39, Parag. 1o. e 2o. e o valor da UNIDADE DE REFERENCIA - UR, mencionada no artigo anterior, serao atualizados anualmente ate 31 de dezembro por Ato do Executivo Municipal, com base na Variacao acumulada da TR (Taxa Referencial).

Art. 223 - Nos valores finais dos tributos a serem pagos, serao desprezados os fracos de centavos.


Art. 224 - O Poder Executivo Municipal estabelecera por Decreto os Preços Publicos, nao submetidos a disciplina juridica dos tributos, para quaisquer outros servicos, cuja natureza nao compete a cobranca de taxas.

PARAGRAFO UNICO - Os preços publicos de que trata o presente artigo, serao corrigidos mensalmente na proporcao da variacao da TR (Taxa Referencial).

Art. 225 - Esta Lei sera regulamentada no que couber, por Decreto do Poder Executivo Municipal, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 226 - A presente Lei entrara em vigor em 13 (treze ) de novembro de 1991, revogadas as disposicoes em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sao Jose das Palmeiras, aos treze dias do mes de novembro de mil novecentos e noventa e um.

  
JOAO SURIAN  
Prefeito Municipal



## ANEXO I

### TABELA PARA COBRANCA DO IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA - I.S.S

I - Quando empresa ou a ela equiparado PERCENTUAL S/ O PREÇO DO SERVIÇO.

II - Quando sociedades civis regularmente constituídas ou serviços prestados em caráter pessoal (autônomos), PERCENTUAL S/ A BASE DE CÁLCULO DEFINIDA NOS PARÁGRAFOS 1º. e 2º. DO ARTIGO 59 DESTA LEI.

#### LISTA DE SERVIÇOS

1 - Médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres.....	1.400%
2 - Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises, ambulatorios, pronto-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres.....	5%
3 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres.....	5%
4 - Enfermeiros, obstetras, ortopedicos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária).....	800%
5 - Assistência médica e congêneres previstos nos itens 1, 2 e 3 desta lista, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados.	5%
6 - Planos de saúde, prestados por empresas que não esteja incluída no item 5 desta lista, e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano.....	5%
7 - Asilos, creches e congêneres.....	isento
8 - Médicos veterinários.....	1.400%
9 - Hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres.....	5%
10 - Guarda, tratamento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais.....	5%
11 - Barbeiros, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres.....	5%
12 - Banhos, duchas, saunas, massagens, ginásticas e congêneres.....	5%
13 - Varrição, coleta, remoção e incineração de lixo.....	5%



14 - Limpeza e drenagens de portos, rios e canais.....	5%
15 - Limpeza, manutencao e conservacao de imoveis, inclusive vias publicas, parques e jardins.....	5%
16 - Desinfeccao, imunizacao, higienizacao, desratizacao e congengeres	5%
17 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes fisicos e biologicos.....	5%
18 - Incineracao de residuos quaisquer.....	5%
19 - Limpeza de chaminés.....	5%
20 - Saneamento ambiental e congengeres.....	5%
21 - Assistencia tecnica (excluida a que for prestada em decorrência de contratos registrados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial).....	5%
22 - Assessoria ou Consultoria de qualquer natureza, nao contida em outros itens desta lista.....	5%
23 - Planejamento, coordenacao, programacao ou organizacao tecnica, financeira ou administrativa.....	5%
24 - Analises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informacoes coleta e processamento de dados de qualquer natureza.....	5%
25 - Contabilidade, auditoria, guarda-livros, tecnicos em contabilidade e congengeres.....	800%
26 - Pericias, laudos, exames tecnicos e analises tecnicas.....	5%
27 - Traduccoes e interpretacoes.....	5%
28 - Avaliacao de bens.....	5%
29 - Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congengeres.....	5%
30 - Projetos, calculos e desenhos tecnicos de qualquer natureza.....	5%
31 - Aerofotogrametria (inclusive interpretacao), mapeamento e topografia.....	5%
32 - Execucão por administracao, empreitada ou subempreitada, de construçao civil, de obras hidraulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive servicos auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestados de servicos, que fica sujeito ao ICMS).....	5%
33 - Demolicao.....	5%



34 - Reparacao, conservacao e reforma de edificios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos servicos, que fica sujeito ao ICMS).....	5%
35 - Pesquisa, perfuracao, cimentacao, perfilagem, pescaria, estimulacao e outros servicos relacionados com a exploracao e extracao de petroleo e gas natural.....	5%
36 - Florestamento e reflorestamento.....	5%
37 - Escoreamento e contencao de encostas e servicos congêneres.....	5%
38 - Paisagismo, jardinagem e decoracao (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICMS).....	5%
39 - Raspagem, calafetacao, polimento, lustracao de pisos, paredes e divisorias.....	5%
40 - Ensino, instrucão, treinamento, avaliacao de conhecimentos, de qualquer grau ou natureza.....	5%
41 - Planejamento, organizacao e administracao de feiras, exposicoes, congressos e congêneres.....	5%
42 - Organizacao de festas e recepcoes "bufet" (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas que ficam sujeitos ao ICMS).....	5%
43 - Administracao de bens e negocios de terceiros e de consorcios...	5%
44 - Administracao de fundos mutuos (exceto a realizada por instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central).....	5%
45 - Agenciamento, corretagem ou intermediacao de cambio, de seguros e de planos de previdencia privada.....	5%
46 - Agenciamento, corretagem ou intermediacao de titulos quaisquer (exceto os servicos executados por instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central).....	5%
47 - Agenciamento, corretagem ou intermediacao de direitos da propriedade industrial, artistica ou literaria.....	5%
48 - Agenciamento, corretagem ou intermediacao de contratos de franquia "franchise" e de faturacao "factoring" (excetuam-se os servicos prestados por instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central).....	5%
49 - Agenciamento, organizacao, promocao e execucao de programas de turismo, passeios, excursoes, guias de turismo e congêneres.....	5%
50 - Agenciamento, corretagem ou intermediacao de bens moveis e imoveis, nao abrangidos nos itens 45, 46, 47 e 48.....	5%



51 - Despachantes.....	5%
52 - Agentes da propriedade industrial.....	1.000%
53 - Agentes da propriedade artistica ou literaria.....	5%
54 - Leilao.....	5%
55 - Regulacao de sinistros cobertos por contratos de seguros, inspecao e avaliacao de riscos para cobertura de contratos de seguros, prevencao e gerencia de riscos seguraveis, prestados por quem nao seja o proprio segurado ou companhia de seguro.....	5%
56 - Armazenamento, deposito, carga, descarga, arrumacao e guarda de bens de qualquer especie (exceto deposito feitos em instituicoes financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central).....	5%
57 - Guarda e estabelecimento de veiculos automotores terrestres.....	5%
58 - Vigilancias ou seguranca de pessoas e bens.....	5%
59 - Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do territorio do Municipio.....	5%
60 - Diversoes publicas:	
a) cinemas, auditorios, parques de diversao, taxi "dancings" e congeneres.....	10%
b) bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos.....	10%
c) bailes, "shows", festivais, recitais e congeneres, inclusive espetaculos que sejam tambem transmitidos mediante compra de direitos para tanto, pela televisao ou pelo radio.....	5%
d) jogos eletronicos.....	5%
e) competicoes esportivas ou de destreza fisico ou intelectual, com ou sem a participacao do espectador, inclusive a venda de direitos a transmissao pelo radio ou pela televisao.....	5%
f) execucao de musicas, individualmente ou por conjuntos.....	5%
O "couvert" artistico e considerado remuneracao de servicos de diversoes publicas.	
61 - Distribuicao e venda de bilhetes de loterias, cartoes, pules ou cupons de apostas, sorteios e premios.....	5%
62 - Fornecimento de musica, mediante transmissao por qualquer processo, para vias publicas ou ambientes fechados (exceto transmissoes radiofonicas ou de televisao).....	5%
63 - Gravacao e distribuicao de filmes e "video-tapes".....	5%
64 - Fonografia ou gravacao de sons ou ruidos, inclusive trucagem,	



	dublagem e mixagem sonora.....	5%
65 -	Fotografia e cinematografia, inclusive revelacao, ampliacao, copia, reproducao e trucagem.....	5%
66 -	Producao para terceiros, mediante ou sem encomenda previa, de espetaculos, entrevistas e congneres.....	5%
67 -	Colocacao de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuario final do servico.....	5%
68 -	Lubrificacao, limpeza e revisao de maquinas, veiculos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de pecas, que fica sujeito ao ICMS).....	5%
69 -	Conserto, restauracao, manutencao e conservacao de maquinas, veiculos, motores, elevadores ou de quaisquer objetos (exceto o fornecimento de pecas, que fica sujeito ao ICMS).....	5%
70 -	Recondicionamento de motores (o valor das pecas fornecidas pelo prestador do servico fica sujeito ao ICMS).....	5%
71 -	Recachutagem ou regeneracao de pneu para o usuario final.....	5%
72 -	Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodizacao, corte, recorte, polimento, plastificacao e congneres, de objetos nao destinados a industrializacao ou comercializacao.....	5%
73 -	Lustracao de bens moveis quando o servico for prestado para usuario final do objeto lustrado.....	5%
74 -	Instalacao e montagem de aparelhos, maquinas e equipamentos, prestados ao usuario final do servico, exclusivamente com material por ele fornecido.....	5%
75 -	Montagem industrial, prestado ao usuario final do servico, exclusivamente com material por ele fornecido.....	5%
76 -	Copia ou reproducao, por quaisquer processo, de documentos e outros papeis, plantas ou desenhos.....	5%
77 -	Composicao grafica, fotocomposicao, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia.....	5%
78 -	Colocacao de molduras e afins, encadernacao, gravacao e douracao de livros, revistas e congneres.....	5%
79 -	Locacao de bens moveis, inclusive arrendamento mercantil.....	5%
80 -	Funerais.....	5%
81 -	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuario final, exceto o aviamento.....	5%
82 -	Tinturaria e lavanderia.....	5%



83 - Taxidermia.....	5%
84 - Recrutamento, agenciamento, selecao, colocacao ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em carater temporario, inclusive por empregados ou prestador de servico ou por trabalhadores avulsos por ele contratados.....	5%
85 - Propaganda e publicidade, inclusive promocao de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboracao de desenhos, textos e demais materiais publicitarios (exceto sua impressao, reproducao ou fabricacao).....	5%
86 - Veiculacao e divulgacao de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais, periodicos radio e televisao).....	5%
87 - Servicos prontuarios e aeroportuarios, utilizacao de porto ou aeroporto, atracacao, capatazia, armazenagem interna, externa e especial, suprimento de agua, servicos e acessorios, movimentacao de mercadorias fora do cais.....	5%
88 - Incorporacao imobiliaria (quando o preco do servico nao for especificado separadamente em contrato, a base de calculo do imposto sera o preco da fracao ideal do terreno, se por ele vendida, e do custo da construçao, mesmo que esta fique a seu cargo).....	5%
89 - Advogados.....	1.400%
90 - Engenheiros, arquitetos, urbanistas e agronomos.....	1.400%
91 - Dentistas.....	1.400%
92 - Economistas.....	1.400%
93 - Psicologos.....	800%
94 - Assistentes sociais.....	5%
95 - Relacoes Publicas.....	5%
96 - Cobrancas e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de titulos, sustacao de protestos, devolucao de titulos nao pagos, manutencao de titulos vencidos, fornecimento de posicao de cobranca ou recebimento e outros servicos correlatos de cobranca ou recebimento (este item abrange tambem os servicos prestados por instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central).....	5%
97 - Instituicoes financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central, fornecimento de taloes de cheques, emissao de cheques administrativos, transferencias de fundos, devolucao de cheques, sustacao de pagamento de cheques, ordens de pagamento e de creditos por qualquer meio, emissao e renovacao de cartoes	



magneticos, consultas em terminais eletronicos, pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento, elaboracao de ficha cadastral, aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lancamentos de extrato de conta, emissao de carnes (neste item nao esta abrangido o ressarcimento a instituicoes financeiras, de gasto com portes de correio, telegrama, telex e teleprocessamento necessario a prestacao dos servicos).....

5%

98 - Transporte de natureza estritamente municipal.....

5%

99 - Comunicacoes telefonicas de um para outro aparelho dentro do territorio do Municipio.....

isento

.00 - Hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres. (o valor da alimentacao, quando incluido no preco da diaria, fica sujeito ao imposto sobre servicos).....

5%

III - Quando os servicos forem prestados sob a forma de trabalho pessoal do proprio contribuinte, (AUTONOMO) e nao enquadravel nos itens da lista de servicos, o imposto sera devido da seguinte forma:

ATIVIDADES	BASE DE CALCULO	ALIQUOTA
Profissional de Nivel Universitario	Cr\$ 5.000,00	1.400%
Profissional de Nivel Medio	Cr\$ 5.000,00	600%
Demais Profissionais	Cr\$ 5.000,00	400%



## ANEXO II

TABELA PARA COBRANCA DA TAXA DE LICENCA PARA LOCALIZACAO E FUNCIONAMENTO E

TAXA DE VERIFICACAO PARA FUNCIONAMENTO

ITEM	A T I V I D A D E S	PERCENTUAL SOBRE A UNIDADE DE REFER.	
		Ao Mes ou Fracao *	Ao Ano
001	INDUSTRIAS		
01	Balas, Caramelos, Doces, etc.....	45%	500%
02	Bebidas.....	50%	600%
03	Bolachas, Biscoitos, etc.....	45%	500%
04	Borracha.....	50%	600%
05	Cafe e similares.....	45%	500%
06	Calçados.....	45%	500%
07	Couros e similares.....	45%	500%
08	Construção.....	50%	600%
09	Editorial.....	40%	500%
10	Extracção e Tratamento de Minerais.....	40%	500%
11	Fumo.....	50%	900%
12	Grafica.....	45%	500%
13	Louça.....	50%	600%
14	Madeirasas.....	60%	700%
15	Malharia.....	30%	300%
16	Massas Alimenticias.....	45%	500%
17	Materiais Eletricos e de Comunicacoes.....	80%	900%
18	Materiais de Transportes.....	50%	600%
19	Mecanica.....	80%	900%
20	Metalurgica.....	50%	600%
21	Mobiliario ou Moveis.....	60%	700%
22	Outros Materiais nao especificados.....	30%	300%
23	Papel ou Papelao.....	35%	400%
24	Plastico.....	50%	600%
25	Perfumaria.....	80%	900%
26	Produtos Farmaceuticos e Veterinarios.....	80%	900%
27	Produtos de Materiais Plasticos.....	70%	800%
28	Produtos de Milho, Mandioca e Farinhas diversas.....	30%	300%
29	Quimica.....	80%	900%
30	Refinacao ou Moagem de Acucar e outros.....	60%	700%
31	Sabao e Sabonetes.....	25%	300%
32	Telhas.....	30%	300%
33	Tijolos.....	30%	300%
34	Textil.....	35%	400%
35	Velas.....	30%	300%
36	Vestuarios e Artefatos de Tecidos.....	35%	400%
002	BENEFICIAMENTO		



01	Arroz.....	30%	300%
02	Café.....	35%	400%
03	Madeira.....	40%	450%
04	Outros não especificados.....	35%	400%
003	PREPARACAO DE:		
01	Carnes e seus sub-produtos.....	50%	500%
02	Conservas diversas.....	35%	400%
03	Frutas e Legumes.....	35%	400%
04	Leite e Produtos de Laticínios.....	50%	500%
05	Outros Produtos não especificados.....	40%	450%
004	CONCESSIONARIAS DE SERVICOS PUBLICOS		
01	Geracao e Distribuicao de Água.....	90%	900%
02	Geracao e Distribuicao de Luz.....	90%	900%
03	Geracao e Distribuicao de Telefonia.....	90%	900%
04	Outras Empresas Concessionarias não especificada	70%	800%
005	SERVICOS DE HOSPEDAGENS E ALOJAMENTO		
01	Hoteis.....	35%	400%
02	Motéis.....	50%	600%
03	Pensões.....	30%	300%
04	Outros não especificados.....	30%	300%
006	SERVICOS DE REPARACAO - OFICINAS		
01	Aparelhos Domesticos.....	15%	150%
02	Aparelhos de uso em escritorios.....	15%	150%
03	Artigos mobiliario.....	15%	150%
04	Bicicletaria.....	15%	150%
05	Eleticidade.....	15%	150%
06	Mecanica de Automoveis e semelhantes.....	20%	200%
07	Mecanografo.....	15%	150%
08	Objetos e Aparelhos de precisao.....	20%	200%
09	Radio, Televisao e Aparelhos de Som.....	15%	150%
10	Recuperacao de Calçados e outros objetos.....	15%	150%
11	Recuperacao de Pneus.....	20%	200%
12	Outros Servicos não especificados.....	15%	150%
007	SERVICOS PESSOAIS - AUTONOMOS		
01	Academia de Destreza Pessoal.....	20%	200%
02	Advocado.....	40%	450%
03	Agentes Imobiliarios.....	30%	350%
04	Agentes de Seguros.....	25%	300%
05	Agentes, demais.....	20%	200%
06	Acremensor.....	30%	350%
07	Agrônomo.....	30%	350%
08	Alfaiate.....	10%	100%
09	Barbeiro e Cabelereiro.....	10%	100%
10	Biologo.....	25%	300%
11	Biocimico.....	40%	450%



12	Carpinteiro.....		
13	Carroceiro.....	10%	100%
14	Cirurgiao.....	10%	100%
15	Contador.....	35%	400%
16	Confeccoes e Reparos de Roupas.....	40%	450%
17	Corretores.....	15%	150%
18	Costureiras.....	40%	450%
19	Datilografia.....	10%	100%
20	Dentista.....	20%	200%
21	Economista.....	40%	450%
22	Eletricista.....	40%	450%
23	Empresa de Viagens.....	10%	100%
24	Enfermeiro.....	20%	200%
25	Engenheiro.....	10%	100%
26	Farmacutico.....	40%	450%
27	Geologo.....	40%	450%
28	Gráfico.....	40%	450%
29	Instituto de Beleza.....	15%	150%
30	Lavadeiras.....	10%	100%
31	Narceneiro.....		ISENTO
32	Massagista.....	10%	100%
33	Mecanico.....	10%	100%
34	Medico.....	10%	100%
35	Motorista.....	40%	450%
36	Motorista de Taxi.....	10%	100%
37	Outros Autonomos nao especificados.....	5%	50%
38	Padeiro.....	10%	100%
39	Pedreiro.....	10%	100%
40	Pintor.....	10%	100%
41	Quimico.....	10%	100%
42	Relojeiro.....	40%	450%
43	Tecnico em Contabilidade.....	10%	100%
44	Tecnico Outros.....	40%	450%
45	Veterinarios.....	30%	350%
		40%	450%

008 SERVICOS COMERCIAIS DIVERSOS

01	Agencia de Assessoria e Planejamento.....		
02	Agencia de Publicidade.....	30%	300%
03	Agencia de Viagens.....	20%	200%
04	Baliles.....	40%	400%
05	Bancos.....		100%
06	Boites.....	90%	1.000%
07	Casas de Saude.....	200%	2.000%
08	Casas Lotericas.....	100%	1.000%
09	Cinemas.....	30%	300%
10	Circos.....	45%	500%
11	Despachantes.....		200%
12	Empreiteiros.....	20%	200%
13	Estacao de Radio.....	25%	300%
14	Hospitais.....	100%	1.000%
15	Laboratorio de Analises.....	100%	1.000%
16	Laboratorio Radiologicos.....	30%	300%
17	Locador de Mac de Obra.....	30%	300%
18	Maternidade.....	20%	200%
		100%	1.000%



19	Outros Servicos Comerciais nao especificados.....	25%	300%
20	Parque de Diversoes.....Por dia		200%
21	Servicos de Aerofotogrametria.....	25%	300%
22	Servicos de Contabilidade em Geral.....	50%	500%
23	Servicos de Fotografia.....	20%	200%
24	Servicos Funerarios.....	50%	500%
25	Shows.....Por dia		100%
26	Teatros.....Por dia		50%
27	Representacao Comercial.....	50%	500%

009 COMERCIO ATACADISTA

01	Armarinhos em geral.....	50%	600%
02	Artigos de Vestuario.....	50%	600%
03	Bebidas em Geral.....	60%	700%
04	Cigarros.....	70%	800%
05	Compra e Venda de Cereais.....	25%	300%
06	Farinhas diversas.....	20%	200%
07	Ferramentas.....	30%	300%
08	Madeiras.....	35%	400%
09	Materiais de Construcao.....	45%	500%
10	Outros Atacadistas nao especificados.....	40%	400%
11	Secos e Molhados.....	35%	400%
12	Tecidos.....	40%	450%

010 COMERCIO VAREJISTA

01	Acessorio de Pecas Diversas.....	45%	500%
02	Acessorio de Pecas para Veiculos.....	45%	500%
03	Acouques.....	30%	300%
04	Artigos Domesticos.....	50%	500%
05	Artigos Usados.....	10%	100%
06	Bares.....	30%	300%
07	Bazar.....	30%	300%
08	Bicuterias.....	15%	150%
09	Brinquedos.....	15%	150%
10	Borracha.....	20%	200%
11	Calcados.....	40%	400%
12	Combustiveis - Postos de abastecimento.....	50%	600%
13	Confeitarias.....	15%	150%
14	Cooperativas.....	100%	1.000%
15	Drocarias.....	40%	400%
16	Eletrodomesticos.....	50%	500%
17	Farmacias.....	50%	500%
18	Ferragens.....	40%	400%
19	Ferramentas.....	40%	400%
20	Implementos Agricolas.....	50%	600%
21	Joalherias.....	50%	600%
22	Lanchonetes.....	40%	400%
23	Livrarias.....	30%	300%
24	Magazines.....	40%	400%
25	Maquinas Diversas.....	50%	600%
26	Materiais de Construcao.....	50%	600%
27	Materiais Esportivos.....	40%	400%
28	Percearias.....	30%	300%



29	Móveis.....		
30	Óticas.....	60%	600%
31	Outros não especificados.....	80%	900%
32	Padarias.....	40%	400%
33	Produtos de Uso Agrícola.....	25%	300%
34	Produtos de Uso Químico.....	70%	800%
35	Produtos de Uso Veterinário.....	70%	800%
36	Relojoarias.....	70%	800%
37	Restaurantes.....	50%	600%
38	Sacarias em Geral.....	40%	400%
39	Secos e Molhados.....	15%	150%
40	Sorveterias e Leiterias.....	40%	400%
41	Supermercados.....	30%	300%
42	Tecidos.....	60%	600%
43	Veículos Motorizados.....	35%	400%
44	Veículos não Motorizados.....	100%	1.000%
45	Vendas diversas, não especificadas.....	30%	300%
		25%	250%

011

# VENDEDORES EVENTUAL E/OU AMBULANTE

		DIA	MES	ANO
01	Vendedores de Joias, com veículo.....	100%		
02	Vendedores de Joias, sem veículo.....	50%		
03	Vendedores de Armarinhos, com veículo.....	80%		
04	Vendedores de Armarinhos, sem veículo.....	40%		
05	Vendedores de Calçados, com veículo.....	70%		
06	Vendedores de Calçados, sem veículo.....	35%		
07	Vendedores de Ferramentas, com veículos.....	70%		
08	Vendedores de Ferramentas, sem veículos.....	35%		
09	Vendedores de Móveis e semelhantes, com veículo.	80%		
10	Vendedores de Móveis e semelhantes, sem veículo.	40%		
11	Vendedores de Frutas e Legumes, com veículo.....	40%	700%	7000%
12	Vendedores de Frutas e Legumes, sem veículo.....	20%	350%	3500%
13	Vendedores outros não especificados, c/veículo..	30%	600%	6000%
14	Vendedores outros não especificados, s/veículo..	20%	350%	3500%



ANEXO III

TABELA PARA COBRANCA DA TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORARIO ESPECIAL

% SOBRE A UNIDADE DE REFERENCIA				
1 - PARA PRORROGACAO DE HORARIO	DIA	MES	ANO	
I - Ate as 22.00 horas.....	20%	300%	1.500%	
II - Alem das 22.00 horas.....	30%	500%	2.500%	
2 - PARA ANTECIPACAO DE HORARIO.....	10%	100%	1.000%	



# ANEXO IV

## TABELA PARA COBRANCA DA TAXA DE LICENCA PARA PUBLICIDADE

	% SOBRE A UNIDADE DE REFERENCIA		
	DIA	MES	ANO
1 - Por Publicidade afixada na parte externa de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuarios, de prestacao de servicos e outros.....	-	-	100%
2 - Publicidade sonora ou nao, executada em veiculos, destinados a qualquer modalidade de publicidade, por veiculo.....	10%	200%	1.500%
3 - Publicidades executadas em telas de cinema, teatros, boites e similares, por meio de projecao de filmes ou dispositivos.....	20%	400%	4.000%
4 - Por publicidade, colocada em terrenos, campos de esportes, clubes, associacoes, qualquer que seja o sistema de colocacao, desde que visiveis de quaisquer vias ou logradouros publicos, inclusive as rodovias estradas e caminhos.....	-	100%	1.000%
5 - Qualquer outro tipo de publicidade nao constante nos itens anteriores.....	20%	400%	4.000%



# ANEXO V

## TABELA PARA COBRANCA DA TAXA DE LICENCA RELATIVA A EXECUCAO DE OBRAS, ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS

% SOBRE A UNIDADE DE REFERENCIA

1 - Aprovacao de Projetos, por m2 de obra projetada.....	3%
2 - Alteracao em Projetos aprovado, por m2 de modificacao.....	1%
3 - CONSTRUCAO	
a) edificacao de ate 02 (dois) pavimentos, por m2 de area construida por pavimento.....	2%
b) edificacao com mais de 02 (dois) pavimentos, por m2 de area construida por pavimento.....	1,5%
c) predios residenciais, por m2 de area construida e por pavimento.....	3%
d) outros predios, para quaisquer finalidades, nao incluido nas alineas anteriores, por m2 de area construida.....	1%
e) galpoes, por m2 de area construida.....	1%
f) marquises, cobertas e tapumes, por metro linear.....	2%
4 - Reconstrucoes, reformas e reparos, por m2.....	1%
5 - Demolicoes, por m2.....	1%
6 - ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS:	
a) com area ate 10.000 m2, excluida as areas destinadas a vias e logradouros publicos, por m2.....	0,20%
b) com area superior a 10.000 m2, excluida as areas destinadas a vias e logradouros publicos por m2.....	0,15%
7 - QUAISQUER OUTRAS OBRAS NAO ESPECIFICADAS NESTA TABELA:	
a) por metro linear.....	2%
b) por metro Quadrado.....	1%



# ANEXO VI

## TABELA PARA COBRANCA DA TAXA DE LICENCA PARA ABATE DE ANIMAIS

% SOBRE A UNIDADE DE REFERENCIA

### ANIMAIS POR CABECA

Bovino ou Vacum.....	10%
Ovino ou Caprino.....	3%
Suino.....	3%
Equino.....	10%
Aves de qualquer especie.....	0,2%
Outros nao especificados nesta tabela.....	2%



## ANEXO VII

### TABELA PARA COBRANCA DA TAXA DE LICENCA PARA OCUPACAO DE AREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS

% SOBRE A UNIDADE DE REFERENCIA

1 - FEIRANTES:

Ate 20 m2, acima proporcional

a) por dia.....	5%
b) por mes.....	20%
c) por ano.....	100%

2 - BARRAQUINHAS OU QUIOSQUES:

a) por dia.....	10%
b) por mes.....	50%
c) por ano.....	200%

3 - AMBULANTE OU EVENTUAL QUE OCUPEM AREAS EM LOGRADOUROS:

a) por dia, com veiculo.....	20%
b) por dia, sem veiculo.....	10%
c) por mes, com veiculo.....	200%
d) por mes, sem veiculo.....	100%
e) por ano, com veiculo.....	1.000%
f) por ano, sem veiculo.....	500%

4 - QUAISQUER OUTROS CONTRIBUINTES:

a) por dia.....	5%
b) por mes.....	30%
c) por ano.....	300%



# ANEXO VIII

## TABELA PARA COBRANCA DA TAXA DE COLETA DE LIXO

% SOBRE A UNIDADE DE REFERENCIA - M2 ANO

1 - Agropecuaria	- quando diaria.....	1%
	quando periodica.....	0,5%
2 - Residencial	- quando diaria.....	0,5%
	quando periodica.....	0,3%
3 - Comercial	- quando diaria.....	0,8%
	quando periodica.....	0,3%
4 - Prestacao de Servicos	- quando diaria.....	0,6%
	quando periodica.....	0,4%
5 - Industrial	- quando diaria.....	2%
	quando periodica.....	1%
6 - Esporte/Diversoes	- quando diaria.....	0,5%
	quando periodico.....	0,3%
7 - Saude e Ensino	- quando diaria.....	0,6%
	quando periodica.....	0,4%
8 - Cultura e Templo	- quando diaria.....	0,4%
	quando periodica.....	0,2%
9 - Servico Publico	- quando diaria.....	0,3%
	quando periodica.....	0,2%



# ANEXO IX

## FATORES CORRETIVOS DE TERRENOS E DAS EDIFICACOES

*****			
SITUACAO		TOPOGRAFIA	PEDOLOGIA
*****			
* Enclavado.....0,60%	* Plano.....1,00%	* Alagado.....0,60%	*
* 1 Frente Meio de	* Aclive.....0,90%	* Inundavel.....0,80%	*
* Quadra.....1,00%	* Declive.....0,80%	* Rochoso.....0,50%	*
* 2 Frentes esquina....1,10%	* Topografia	* Normal.....1,00%	*
* 2 Frentes Meio de	* irregular.....0,70%	* Arenoso.....0,70%	*
* quadra.....1,10%	* Erosao.....0,50%		*
* 3 Frentes.....1,10%			*
* 4 Frentes.....1,10%			*
*****			
Nova Otima.....1,00%	Bom.....0,90%	Regular.....0,70%	Mau.....0,50%



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DAS PALMEIRAS

CODIGO TRIBUTARIO - LEI 17/91 - 13-11-1991

I N D I C E

ARTIGOS

Disposicoes Preliminares.....	10.
Parte Especial Tributos.....	20.

TITULO I - DOS IMPOSTOS

CAPITULO I - DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE FUNDIAL E TERRITORIAL URBANA

SECAO I - Hipotese de Incidencia.....	30. a 60.
SECAO II - Sujeito Passivo.....	70. a 80.
SECAO III - Base de Calculo e Aliquota.....	90. a 12
SECAO IV - Lancamento.....	13 a 15
SECAO V - Arrecadacao.....	16
SECAO VI - Isencoes.....	17
SECAO VII - Infracoes e Penalidades.....	18

CAPITULO II - DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSAO DE INTER-VIVOS DE BENS IMOVEIS

SECAO I - Hipotese de Incidencia.....	19
SECAO II - Sujeito Passivo.....	20
SECAO III - Base de Calculo e Aliquota.....	21 a 26
SECAO IV - Lancamento e Arrecadacao.....	27 a 29
SECAO V - Das Isencoes.....	30 a 32
SECAO VI - Das Infracoes e Penalidades.....	33
SECAO VII - Das Restituicoes.....	34
SECAO VIII - Das Reclamacoes e Recursos.....	35 a 38
SECAO IX - Das Obrigacoes dos Serventuarios da Justica.....	39 a 41
SECAO X - Das Disposicoes Gerais.....	42



CAPITULO III - DO IMPOSTO SOBRE VENDAS A VAREJO DE COMBUSTIVEIS LIQUIDOS E GASOSOS

SECAO I - Hipotese de Incidencia.....	43
SECAO II - Sujeito Passivo.....	44
SECAO III - Base de Calculo e Aliquota.....	45 a 47
SECAO IV - Lancamento e Arrecadacao.....	48 e 49
SECAO V - Das Isencoes.....	50
SECAO VI - Das Infracoes e Penalidades.....	51
SECAO VII - Das Restituicoes.....	52

CAPITULO IV - DO IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS

SECAO I - Hipotese de Incidencia.....	53 a 55
SECAO II - Sujeito Passivo.....	56 a 58
SECAO III - Base de Calculo e Aliquota.....	59 a 67
SECAO IV - Lancamento.....	68 a 78
SECAO V - Arrecadacao.....	79 a 82
SECAO VI - Isencoes e Imunidades.....	83
SECAO VII - Infracoes e Penalidades.....	84

TITULO II - DAS TAXAS

CAPITULO I - DA TAXA DE SERVICOS PUBLICOS

SECAO I - Hipotese de Incidencia.....	85
SECAO II - Sujeito Passivo.....	86
SECAO III - Base de Calculo.....	87
SECAO IV - Lancamento.....	88
SECAO V - Arrecadacao.....	89

CAPITULO II - TAXA DE LICENCA

SECAO I - Hipotese de Incidencia.....	90
SECAO II - Sujeito Passivo.....	91
SECAO III - Base de Calculo.....	92



SECAO IV - Lancamento.....	93
SECAO V - Arrecadacao.....	94 a 97
SECAO VI - Isencoes.....	98
SECAO VII - Infracoes e Penalidades.....	99

### TITULO III - DA CONTRIBUICAO DE MELHORIA

#### CAPITULO UNICO - DA CONTRIBUICAO DE MELHORIA

SECAO I - Hipotese de Incidencia.....	100 a 103
SECAO II - Sujeito Passivo.....	104 e 105
SECAO III - Base de Calculo.....	106
SECAO IV - Lancamento.....	107 a 109
SECAO V - Infracoes e Penalidades.....	110

### Livro Segundo

#### PARTE GERAL

#### TITULO I - DAS NORMAS GERAIS

##### CAPITULO I - DAS NORMAS GERAIS

SECAO UNICA - Do Sujeito Passivo.....	111 a 117
---------------------------------------	-----------

##### CAPITULO II - DO CREDITO TRIBUTARIO

SECAO I - Lancamento.....	118 a 123
SECAO II - Suspensao do Credito Tributario.....	124 a 128
SECAO III - Extincao do Credito Tributario.....	129 a 147
SECAO IV - Exclusao do Credito Tributario.....	148 a 151
SECAO V - Infracoes e Penalidades.....	152 a 156

#### TITULO II - DO PROCEDIMENTO FISCAL

##### CAPITULO I - DA ADMINISTRACAO TRIBUTARIA

SECAO I - Consulta.....	157 a 163
SECAO II - Fiscalizacao.....	164 a 171
SECAO III - Certidoes.....	172 a 177



SECAO IV - Divida Ativa Tributaria.....	178 a 182
CAPITULO II - DO PROCESSO FISCAL TRIBUTARIO	
SECAO I - Impugnacao.....	183 a 186
SECAO II - Auto de Infracao.....	187 a 192
SECAO III - Termo de Apreensao.....	193 a 197
SECAO IV - Defesa.....	198 a 203
SECAO V - Diligencias.....	204 a 206
SECAO VI - Primeira Instancia Administrativa.....	207 a 210
SECAO VII - Segunda Instancia Administrativa.....	211 a 214
DISPOSICOES FINAIS.....	215 a 226
UNIDADE DE REFERENCIA.....	221

#### INDICE DOS ANEXOS

ANEXO I - Tabela para Cobranca do Imposto Sobre Servicos de Qualquer Natureza ISS
ANEXO II - Tabela para Cobranca de Taxa de Licenca para Localizacao e Funcionamento e Taxa de Verificacao para Funcionamento.
ANEXO III - Tabela para Cobranca da Taxa de Licenca para Funcionamento de Estabelecimentos em Horario Especial.
ANEXO IV - Tabela para Cobranca da Taxa para Publicidade.
ANEXO V - Tabela para Cobranca de Taxa de Licenca Relativa a Execucão de Obras, Arruamentos e Loteamentos.
ANEXO VI - Tabela para Cobranca da Taxa de Licenca para Abate de Animais.
ANEXO VII - Tabela para Cobranca da Taxa de Licenca para Ocupacao de Areas em Vias e Logradouros Publicos.
ANEXO VIII - Tabela para Cobranca da Taxa de Coleta de Lixo.
ANEXO IX - Fatores Corretivos de Terrenos e das Edificacoes.
ANEXO X - Tabela de Valores - Relacao de Fontes.

Obs. O ANEXO X, sera usado para Correcao do Imposto Predial.